

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**A INTERSETORIALIDADE NO CAMPO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL:** desafios para o trabalho social a partir do Centro de Referência de
Assistência social

EDITE MAGRI

FLORIANOPOLIS

2016.1

EDITE MAGRI

A INTERSETORIALIDADE NO CAMPO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: desafios para o trabalho social a partir do Centro de Referência de Assistência social

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Orientadora: Dra. Maria Regina Ávila Moreira
FLORIANÓPOLIS 2016

FLORIANÓPOLIS

2016

EDITE MAGRI

A INTERSETORIALIDADE NO CAMPO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: desafios para o trabalho social a partir do Centro de Referência de Assistência Social

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Florianópolis, 29 julho de 2016

BANCA EXAMINADORA



Professora Dra. Maria Regina Avila Moreira

Universidade Federal de Santa Catarina - Departamento de Serviço Social
Orientadora



Professora Dra. Maria Teresa dos Santos

Universidade Federal de Santa Catarina - Departamento de Serviço Social
Examinadora



Especialista - Assistente Social Evelyn Alves Fontoura dos Santos

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social Ingleses do Rio Vermelho
Examinadora

Dedico este trabalho a minha família pela compreensão e apoio destinado durante o processo de formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida.

Obrigada Deus pelos pais maravilhosos (em memória) que sempre foram minha fonte de inspiração, pelos exemplos de vida e ensinamentos na maneira ética e correta de me ensinar a ser quem hoje sou.

Devo a vocês a escolha deste curso que ao longo de suas vidas militaram e lutaram acreditando que um mundo melhor será possível desde que cada um faça sua parte.

Agradeço em especial toda minha família, meu querido esposo e companheiro que sempre esteve ao meu lado, e graças a ele posso estar, não concluindo, mas iniciando uma nova etapa em minha vida.

Meus quatro filhos, Lucinei, Fran, Rodrigo e Mirian, todos amáveis e presentes, sempre me incentivando e dando forças para chegar até aqui. Amo todos vocês, presentes de Deus. Minhas duas noras e netos Jalisson e Isabella todos parte de minha caminhada.

Um agradecimento especial a você Fran que esteve do meu lado a cada passo deste trabalho ajudando nas correções e formatação.

Aos amigos que fiz durante a graduação colegas de estudo e professores obrigada pela contribuição de cada um.

Agradeço de coração aos colegas do curso que me incentivaram no começo da graduação me dando forças para continuar quando achava que não conseguiria.

A amiga e colega de estágio Ana, e Xaxá que estiveram presentes durante a graduação com certeza tiveram sua contribuição. Obrigada pelo apoio, continuaremos amigas.

A minha supervisora de campo, Assistente social Evelyn, a qual quero levar como exemplo de vida e de profissionalismo. Sempre comprometida com o projeto ético-político da profissão, acreditando ser possível fazer mais, encontrando nos limites as possibilidades de ações. Obrigada pela compreensão dos momentos de dúvidas, pelo apoio e rico conhecimento proporcionado.

Obrigada a Psicóloga Dani, com quem tive oportunidade de grande aprendizagem, você também é parte de minha formação.

A Assistente social e coordenadora do CRAS, Letícia, e toda equipe que me recebeu com carinho durante o período de estágio compartilhando momentos de aprendizado.

Agradeço à professora e orientadora desse trabalho, Dr^a Maria Regina Ávila Moreira, que com muita dedicação, paciência e comprometimento enquanto supervisora no período de estágio e orientadora na construção deste trabalho. Obrigada por me acalmar nos momentos de ansiedade e por contribuir na minha formação profissional.

À Professora Maria Teresa dos Santos, uma profissional exemplar, que gentilmente aceitou o convite para esta banca, muito obrigada.

Obrigada a todos que de alguma forma contribuíram pela minha formação.

Ficar parada esperando,
Criticando
Achando que,
Pseudônimos como,
Família desestruturada, ou criança/jovem/adolescente “problema”.
É um grande problema.
O problema não está aí ou não está só aí.
Está em: eu quero fazer, eu sei fazer, eu posso fazer, então vou fazer, tenho
competência para tal, ou acredito ter.
Eu faço?
Tenho essa compreensão do real pra além do aparente,
Mas de que adianta se não abro os olhos pra totalidade que está em minha frente,
ou abro os olhos e finjo não ver?
Realidade que grita, que chora, que geme, que pede socorro.
Que morre muitas vezes sem ser atendida, porque eu também a ignoro.
E eu? Ah! Eu sei Marx e tantos outros autores que quiserem me perguntar.
Falo bonito, escrevo maravilhosamente bem.
Isso basta?
Faço visita em uma casa. Posso chamar de casa? Eu diria medindo dois por nada,
Uma família. Faço um relatório, um estudo ou laudo social.
De que me adianta se ele vai parar em uma gaveta, tão calado quanto fica minha
voz, que não se indigna com isso tudo?
Alias, não é tudo. Poderia falar muito mais, poderia dizer que os olhos das pessoas
brilham por acreditarem que somos capazes de fazer alguma coisa por elas, e aí, vamos
embora.
Talvez, porque em nossas casas dormimos e comemos. Sim, temos casas. Uma
cama e alimento porque temos oportunidade de ter um trabalho.
Ainda que este trabalho seja explorador de nosso tempo de nossas forças, de
nossas vidas, nós o temos.
Então parece demais dizer que estamos abertos a ouvir, a entender que não somos
donos da verdade. Sim, porque ninguém o é.
Dizer aos outros sujeitos sociais que passamos e vivenciamos a realidade dos
fenômenos sociais que refletem no cotidiano dos mais pobres e precisamos somar com
cada um deles, mas preferimos desistir, achar que é difícil, porque realmente o é.
É preciso fazer a soma que soma, somando saberes experiências. Sair da
fragmentação. Articulando, dando mais empoderamento aos usuários, fazendo-os
protagonistas de suas próprias histórias.
(Edite Magri, 2016)

MAGRI, Edite. **A INTERSETORIALIDADE NO CAMPO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**: desafios para o trabalho social a partir do Centro de Referência de Assistência social. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a importância da intersectorialidade no território do CRAS Ingleses do Rio Vermelho para o atendimento das demandas complexas. Aborda o desenvolvimento das políticas sociais, em particular da Assistência social no Brasil, a partir da ruptura com a caridade e filantropia e, assim sua incorporação como política pública, sendo esta direito do cidadão e dever do Estado conforme Constituição Federal de 1988. Contextualiza o território do CRAS como espaço para desenvolvimento de ações intersectoriais, contextualizando o território do bairro dos Ingleses – Florianópolis, SC, no que diz respeito à ocupação do solo. Por meio do acompanhamento de atendimento à algumas demandas complexas do CRAS, apresenta-se os desafios e possibilidades da rede intersectorial.

Palavras chave: Intersectorialidade. Política de Assistência social. CRAS Demandas. Trabalho Social

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social
AFLOV – Associação Florianópolis de Voluntários
APP – Área de Preservação Permanente
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CECCA – Centro de Estudo Cultura e Cidadania
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina
CEP – Código de Ética Profissional
CF – Constituição Federal de 1988
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CIASC – Centro de Informática e Automação de Santa Catarina
CID – Classificação Internacional de Doença
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNAS – Conselho Nacional de Assistência social
CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social
CONTAG – Confederações dos Trabalhadores da Agricultura
CRAS – Centro de Referência de Assistência social
CREMV – Centro de Referência e Atendimento a Mulher em Situação de Violência
CT – Conselho Tutelar
DPU – Defensoria Pública da União
EPAGRI – Empresa de Pesquisa e Extensão Rural em Santa Catarina
FATMA – Fundação do Meio Ambiente
FONSEAS – Fórum Nacional de Secretários de Assistência social
IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU – Imposto Predial e Territorial urbano
LBA – Lei Brasileira de Assistência social
LOAS – Lei Orgânica de Assistência social
LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome
MP – Ministério Público
NEPREs – Núcleo de Apoio Prevenção e Atenção ao Atendimento às Violências nas Escolas
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência social
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família
PL – Projeto de Lei
PMHIS – Plano Municipal de Habitação e Interesse Social
PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS – Política Nacional de Assistência social
PS – Posto de Saúde
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS SOCIAIS NO BRASIL	14
2.1	Contextualização dos marcos da Política de Assistência social no Brasil	14
2.1.1	A assistência social no processo de democratização do Brasil.....	20
3	O CRAS NO TERRITÓRIO INGLESES DO RIO VERMELHO.....	25
3.1	O bairro dos Ingleses e a inserção do Centro de Referência de Assistência social - CRAS.....	25
4	INTERSETORIALIDADE NA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEMAIS POLÍTICAS.....	35
4.1	Contextualizando a rede dos CRAS norte	35
4.2	Intersetorialidade no território	36
4.3	O serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF e a intersectorialidade	40
4.3.1	Apresentação das demandas: limites e desafios à intersectorialidade	42
4.3.1.1	Primeira Demanda.....	42
4.3.1.2	Segunda Demanda.....	46
4.3.1.3	Terceira Demanda.....	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
	APÊNDICE A – REDE SOCIOASSITENCIAL DO CRAS.....	57
	REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo discutir a importância da intersetorialidade proposta na Política Nacional de Assistência social (PNAS) e a atuação do profissional de serviço social neste âmbito. A intersetorialidade se configura em uma das formas da superação dos atendimentos fragmentados, olhando para a totalidade de forma a apreender e atuar a partir das complexidades dos fenômenos sociais instaurados na vida dos cidadãos.

Buscou-se no primeiro momento deste trabalho fazer uma pesquisa com a Educação, mais precisamente em uma escola em frente ao CRAS Ingleses. A pesquisa seria sobre o Projeto de Lei (PL) 3466/2012, que dispõe sobre a atuação do assistente social e psicólogo no quadro de profissionais das escolas públicas na luta por uma educação pública, laica, continuada, gratuita presencial e de qualidade. A pesquisa seria feita com a direção, educadores e vigilantes da escola. Buscava-se saber quais demandas eram vistas nas escolas para o profissional de serviço social e também qual o conhecimento das escolas sobre o PL 3466/2012.

Tendo em vista o curto espaço de tempo para elaboração do TCC, não foi possível a realização pesquisa, pois necessitava a aprovação do Conselho de Ética.

Nas últimas décadas as políticas públicas tiveram avanços com os direitos conquistados através da Constituição Federal de 1988, com um conjunto ampliado de direitos sociais. Exemplo disso é a Assistência social se configurando como Política pública de direito, juntamente com a saúde e previdência social que formam o tripé da Seguridade social. Garante-se a atenção diferenciada a partir das diversas realidades, institucionalizando os direitos a segmentos populacionais específicos, como crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres, comunidades indígenas e populações tradicionais.

A intersetorialidade das políticas públicas previstas na Constituição e na PNAS abre um leque de possibilidades para vencer o antigo paradigma da focalização e fragmentação para atender o cidadão em suas demandas, articulando intersetorialmente com outras políticas e sujeitos sociais,

particularmente com as políticas públicas de saúde, educação, cultura, esporte, emprego, habitação desenvolvendo o acesso e a qualidade dos serviços na sua integralidade (PNAS, 2004, p. 40).

O interesse pelo tema qual seja, o trabalho do profissional de Serviço Social na articulação e intersectorialidade, bem como os desafios ainda enfrentados nas diversas dimensões de outras políticas sociais, emergiu a partir da inserção no estágio de Serviço Social obrigatório I e II, entre março a dezembro de 2015, no Centro de Referência de Assistência social (CRAS) Ingleses do Rio Vermelho em Florianópolis. As inquietações surgiram ao observar os cidadãos que buscavam o CRAS ou eram encaminhados por outras políticas sociais para informações sobre direitos sociais, e, que, muitas vezes precisavam ser reencaminhados para a mesma política que o havia encaminhado. Essa fragmentação ainda existente em diversos setores acaba fragilizando e desacreditando os cidadãos que veem seus direitos distantes de se efetivar.

A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica dos assuntos pertinentes ao tema do trabalho em questão e através de experiências vivenciadas durante o estágio no CRAS Ingleses do Rio Vermelho. Assim, a apresentação concreta de demandas que chegam ao CRAS, foi uma ferramenta investigativa que contribuiu tanto para a melhor aproximação às expressões da Questão Social, como para dar visibilidade à importância da intersectorialidade.

A primeira seção deste trabalho dedica-se ao desenvolvimento das políticas públicas e contextualização da assistência social no Brasil a partir da ruptura com a caridade e filantropia e sua incorporação enquanto política pública, sendo esta direito do cidadão e dever do Estado, conforme Constituição Federal (C. F.) de 1988, compondo o tripé da Seguridade social juntamente com a Saúde e Previdência Social.

Na segunda seção contextualiza-se o território do CRAS Ingleses do Rio Vermelho, o qual abrange os seguintes bairros, Ingleses (compreendendo Sítio de Cima, Sítio de Baixo, Comunidade Vila do Arvoredo), bairro Santinho, bairro Rio Vermelho (compreendendo Travessão, Muquém, Moçambique e o Parque Florestal do Rio Vermelho). Para tanto, problematiza-se a ocupação irregular de

solo, nos quais se destacam a ausência do Estado para atendimento ao que chamamos de mínimos para uma vida digna, como moradia, saneamento básico, coleta de lixo e ausência de qualquer planejamento.

Já na terceira seção foi desenvolvida a caracterização dos serviços socioassistências realizados no CRAS Ingleses do Rio Vermelho. O enfoque foi para a importância da articulação das políticas públicas e sociais de maneira integrada, configurando a intersetorialidade como uma das formas de atender o cidadão em suas demandas com respostas mais rápidas às suas necessidades. Desta maneira, foram apresentadas três demandas identificadas no CRAS Ingleses do Rio Vermelho, por meio de situações familiares que foram acompanhadas no decorrer do atendimento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que exigiram intervenção de outras políticas sociais e, a partir da análise dessas demandas, identificar dimensões e possibilidades para um atendimento integral aos cidadãos.

2 DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS SOCIAIS NO BRASIL

Para desenvolvimento deste capítulo trabalhou-se as formas de como o Estado sempre precisou intervir em resposta às mobilizações e organizações da classe trabalhadora, através de políticas sociais, com interferência do capital e a partir dos seus interesses. Ou seja, como as políticas sociais atuam sobre as contradições da sociabilidade capitalista. A partir dessa contextualização, buscou-se discutir como o Serviço Social se insere em cada momento sócio-histórico na sociedade, deixando de ter o caráter de bem-estar e assistencialista de suas origens enquanto profissão para se inserir nos espaços de lutas entre Estado e os trabalhadores a partir da gestão e execução das políticas sociais no Brasil.

2.1 Contextualização dos marcos da Política de Assistência social no Brasil

A necessidade de o Estado ser responsabilizado pela proteção social surge com o marco da Revolução Industrial na Inglaterra, a partir do século XVIII, quando surgiram as fábricas. Esse novo modelo de produção exigiu a contratação de grande número de empregados, fazendo com que os pequenos produtores rurais deixassem o campo indo morar na cidade para ocupar os novos postos de trabalho, bem como os trabalhadores urbanos precisaram se adequar à uma nova modalidade de trabalho. A cidade transforma-se no centro produtor e consumidor de toda economia, relegando o campo a uma economia secundária (REZENDE, 2007, p. 143).

Assim, o trabalhador precisou se adaptar à uma rotina árdua de trabalho que a Revolução Industrial lhe impôs, vendendo sua força de trabalho com exaustiva carga horária de 16 horas diárias ou mais. As funções até então exercidas apenas por homens passaram a ser ocupada por mulheres, crianças e idosos.

Em decorrência disso, passou-se a registrar um elevado número de acidentes nas fábricas, devido às precárias condições de trabalho a que estavam submetidos os trabalhadores. Essas condições se agravavam pelas prolongadas horas de trabalho, má alimentação, péssimas condições de moradias entre outros

fatores que fizeram com que os trabalhadores fabris gerassem intensas mobilizações por melhores condições de trabalho e moradia.

Em conformidade com Faleiros (2001, 54) *apud* Freire e Candido (2013, p. 2):

[...] esse novo contexto torna-se propício a uma nova forma de organização social, já que os trabalhadores passam a ocupar as localidades formando vilas em volta das fábricas. Esse modelo faz com que a população inserida nesses espaços vivencie em seu cotidiano o agravamento dos problemas sociais, ou seja, das expressões da Questão Social, porém naquele contexto, quaisquer formas de enfrentamento dos trabalhadores frente a esse modelo eram visualizadas pela classe dominante apenas como uma falta de entrosamento e defeito do indivíduo nas relações entre eles e não como um problema estrutural. Há aqui, a perspectiva de negação da existência de interesses conflitantes entre as classes sociais.

A fim de evitar que a classe trabalhadora se rebelasse contra a burguesia, o Estado se colocou a disposição do capital, garantindo o mínimo para o proletariado, através do assistencialismo e da benesse. Pode-se então, afirmar que as políticas sociais nunca estiveram desvinculadas das lutas sociais, ainda que, de modo geral, o Estado assumia apenas parte das reivindicações dos trabalhadores.

No Brasil, na década de 1930, com o êxodo rural e desenvolvimento urbano, começaram a surgir, ainda que de forma limitada e fragmentada, alguns benefícios decorrentes da luta e organização dos trabalhadores. As áreas no conjunto das políticas sociais, que mais mereceram atenção foram o trabalho e a previdência.

Assim, na década de 1930, emerge a assistência social no Brasil, sob influência da Igreja católica europeia tomada como política compensatória enraizada na benesse e vinculada à caridade e filantropia.

Sinalizando nessa direção, Behring e Boschetti (2008) contribuem ao dizer que as políticas sociais surgiram com o reconhecimento da Questão Social¹, inerente as relações sociais no modo de produção capitalista, num momento em que o trabalhador assume seu papel político e revolucionário. Sendo que, alguns países como Alemanha e Inglaterra destacaram-se como os primeiros a legislar medidas de proteção social. Em conformidade com as autoras o surgimento das políticas sociais foi gradativo e diferenciado entre os países, com base nos movimentos e organizações reivindicatórias da classe trabalhadora e na correlação de forças no âmbito do Estado.

Segundo Behring (2009, p.1) *apud* Duriguetto (2011, p. 2), a política social deve ser reconhecida como “uma mediação entre economia e política, como resultado de contradições estruturais engendradas pela luta de classes e delimitadas pelos processos de valorização do capital”. Assim, uma política econômica restrita à esfera das finanças, que sacrifica as receitas do Estado em prol da elevação do superávit primário, implica na redução de investimentos nas políticas sociais, que nesta lógica, passam a ser focalizadas, privatizadas e descentralizadas.

A pobreza no Brasil até os anos 1930 era tratada como questão de polícia e, como disfunção pessoal do indivíduo, tendo em seus modelos o atendimento assistencial e asilamento ou internações desses indivíduos, como modelos e/ou formas de livrar a sociedade desses “problemas”.

As primeiras políticas compensatórias se dão, portanto, no período Vargas entre 1930 e 1945, sendo tomadas algumas medidas, dentre elas, a regulamentação dos acidentes de trabalho, aposentadorias e pensões, auxílio doença, maternidade, trabalho do “menor” e da mulher, família e seguro-desemprego.

Nesta mesma década foram tomadas as seguintes medidas de proteção social: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a Consolidação das Leis Trabalho (CLT), os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) e, baseado na

¹ Por Questão Social entendem-se as consequências decorrentes do conflito capital X trabalho (IAMAMOTO, 2008).

lógica contributiva do seguro cobriam riscos ligados a perda de capacidade laborativa como: doença, invalidez, morte e velhice. Os recursos chamados Tripartite vinham dos trabalhadores, dos empresários e do Estado. Essa proteção era estendida aos trabalhadores formais, deixando de lado os trabalhadores informais e os pobres da sociedade (PEREIRA, 2002).

Em conformidade com a mesma autora, a Política Nacional de Saúde foi criada também a partir de 1930, sendo utilizadas estratégias de ação coletiva por força de epidemias e situações de calamidade.

Em 1938 foi criado Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), com objetivo de centralizar e organizar as obras assistenciais públicas e privadas sendo utilizado como mecanismo de clientelismo político e de manipulação de verbas e subvenções públicas.

A partir da segunda guerra mundial, em 1942, o Estado voltou-se mais aos excluídos do sistema previdenciários criando a Legião Brasileira de Assistência social (LBA), coordenada pela primeira dama Sr^a Darci Vargas. O objetivo central era o de prover as necessidades das famílias, cujos responsáveis tinham sido imobilizados pela guerra. Mesmo dispondo de técnicos capacitados para a função, predominou no comando da LBA, o clientelismo, primeiro damismo com aspectos filantrópicos de ações clientelistas conforme os interesses de cada governo (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Assim, a proteção social no Brasil baseou-se na “cidadania regulada” que segundo Behring e Boschetti (2008), a proteção era dada apenas aos que possuíam carteira de trabalho registrada, tendo as suas profissões e seus sindicatos reconhecidos pelo Estado. Pereira (2002, p. 128) diz que, a ação do Estado perante as necessidades sociais básicas limitava-se a respostas emergenciais e fragmentada. Assim:

[...] a LBA vai se configurando como instituição articuladora da assistência social no Brasil, com uma forte rede de instituições privadas conveniadas, mas sem perder essa marca assistencialista fortemente seletiva e de primeiro-damismo, o que só começará a se alterar muito tempo

depois com a Constituição Federal de 1988 (BEHRING, BOSCHETTI, 2008, p. 106).

Em cada novo contexto social, político e econômico, o Estado responde intervindo na garantia de mínimos sociais para atendimento às necessidades de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora (BEHRING, BOSCHETTI, 2008).

Após a década de 1930, a pobreza passa a ser vista como caracterização das expressões da questão social, e, foi conduzida ao centro da agenda pública. Segundo Pereira (2002, p. 130),

Embora não fosse mais considerada questão de polícia, ela não foi alçada a questão de política maior que merecesse a mesma atenção que o governo dispensava a área econômica [...] a política social brasileira desse período, funcionava como uma espécie de zona cinzenta, onde se operavam barganhas populistas e assistencialistas.

O conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado, para lamamoto (2008, p. 16-17):

[...] tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho - das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] expressa, portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal.

Dentro dessa ótica, Sposati (2010, p. 42) diz que o Estado brasileiro passa a reconhecer a Questão Social como uma questão a ser resolvida sob sua direção. A assistência começa a se configurar quer como uma esfera programática da

ação governamental para a prestação de serviços quer como mecanismo político para amortecimento de tensões sociais. À medida que o Estado se responsabiliza pelas condições de reprodução da força de trabalho, passa a incorporar igualmente a nova técnica social, transformando seus profissionais em agentes fundamentais na execução desta área programática.

No que diz respeito à educação “a rede escolar estava a serviço da elite”, destaca-se que entre 1960 a 1964, emergiu a Lei de Diretrizes e Bases, do programa de Alfabetização de Adultos, baseado no método de Paulo Freire e no Movimento de Educação de Base (PEREIRA, 2002, P. 134).

Nesse mesmo período, o governo elaborou o Plano Trienal contemplando Reformas Institucionais de Base - administrativa, bancária, fiscal e agrária. Além disso, foram adotadas as seguintes medidas no campo do trabalho: Estatuto do Trabalhador, da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), 13º salário, do salário-família para o trabalhador urbano e a promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), priorizando a padronização da qualidade da assistência médica, deixando de fora os trabalhadores rurais e domésticos.

Com a ascensão do governo ditatorial militar-empresarial, que durou de 1964 a 1985, os movimentos sociais foram censurados. Porém, o ano de 1968 foi marcado pelo movimento estudantil e a retomada do movimento operário. Surgiram pelo país várias manifestações denunciando os atos da ditadura militar.

De acordo com Couto (2006, p. 122),

[...] em 1964, foi decretado o primeiro ato institucional pelo então presidente Castelo Branco, e, através dele foram cassados os direitos políticos, pelo período de dez anos, de um grande número de líderes políticos, militares e sindicais [...] o 2º Ato Institucional em 1965, foi abolida a eleição direta pra presidente e, dissolvido os partidos políticos.

Na década de 1970, com a crise do petróleo, o modelo econômico Keynesiano entrou em declínio, dando abertura e entrada ao fortalecimento do neoliberalismo assumido na Inglaterra pelo governo Thatcher (1979), inaugurando assim a era da chamada ofensiva neoliberal.

No Brasil, a década de 1980 foi marcada pela ascensão dos movimentos sociais na luta pela redemocratização da sociedade brasileira, com destaque para a emergência do partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores. Tal cenário possibilitou que em 1988, quando do processo constituinte, várias reivindicações fossem contempladas na nova constituição brasileira.

2.1.1 A assistência social no processo de democratização do Brasil

Nas décadas de 1980 e 1990 instaurou-se uma nova configuração tanto para o cenário político e econômico, como social brasileiro. A carta magna de 1988 foi um marco importante no campo dos direitos sociais e, institui em seu art. 204, a seguridade social como uma unidade de diferenças, fundada no tripé, formada pelas políticas de saúde (direito de todos e dever do Estado), previdência (mediante contribuição) e assistência social (prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição). Por outro lado, vivenciou-se um processo de grande restrição econômica no país, com várias tentativas de minimizar a inflação e buscar a retomada de crescimento.

O processo de implantação do ideário neoliberal no Brasil teve início na década de 1990, no governo Collor de Melo (1990 a 1992) com o aprofundamento à privatização das políticas sociais, ficando seu governo marcado pelo confisco da poupança, além da corrupção e escândalos que contribuíram para o processo de impeachment, quando o então presidente, por falta de apoio político e pelas manifestações de “Fora Collor” acabou renunciando seu mandato. Seu vice, Itamar Franco assumiu o mandato entre (1993 e 1994), tendo como Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso que, com apoio de Itamar Franco foi eleito presidente da República em 1994.

No governo do presidente Itamar Franco (1993, 1994), a assistência social é regulamentada enquanto política pública com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência social (LOAS), nº 8.742/1993, resultado do movimento de parcela da sociedade civil, e de ação do Ministério público, que ameaçava processar a União pelo descuido com a área. Além dessa iniciativa legal, os programas sociais, nesse governo seguiram as características implantadas pelo governo anterior,

qual seja de caráter clientelista, assistencialista e populista (COUTO 2006, p. 148).

A LOAS estabelece em seu Art. 1º: “A assistência social como direito do cidadão e dever do Estado é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento das necessidades básicas”.

O CNSS foi extinto pela LOAS sendo instituído o Conselho Nacional de Assistência social (CNAS) no intuito de fiscalizar a política de assistência social, em meio a desafios, dificuldades e morosidades que presidiram a instalação do CNAS. Raichelis (1998,) afirma que a conquista deste espaço representa a grande concretização de um de seus principais mecanismos democratizados e propostos na LOAS que é o controle social.

O primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995, 1999), foi fundamentado pela ideologia de um Estado mínimo para o social, que teve “entre outras determinações uma nova forma de regulação das políticas sociais” (DURIGUETTO, 2012, p. 02), dando continuidade às privatizações de empresas estatais.

Nos anos de 1990, começou a realização de Conferências de Assistência social e luta pela efetivação da Política Nacional de Assistência social, com contribuições dos Conselhos de Assistência social, Fórum Nacional de Secretários de Assistência social (FONSEAS), do Colegiado de Gestores Nacionais, Estaduais e Municipais de Assistência social, Associação de Municípios, Fóruns Estaduais, Regionais, Governamentais e Não-Governamentais, Secretarias Estaduais, do Distrito Federal e Assistência social, entre outros segmentos da sociedade, acompanhada de debates nos mais variados espaços de participação e envolvimento de muitos sujeitos sociais e comunitários.

Segundo Schons (2003, p. 43),

a efetivação da Assistência social como política nos remete a concepção de direito social e ampliação para a cidadania [...] devendo se pautar em ampliar os direitos sociais à população não como forma de garantir o consumo individual de serviços, mas efetivando mecanismos que inscrevam e expressam interesses populares no espaço institucional [...]

Segundo Duriguetto (2011), nem mesmo a regulação da LOAS/1993, propiciou a efetivação da política de assistência social. O então governo FHC (1995,1999) ignorou os princípios e diretrizes desta lei, instituindo através de medida provisória o programa Comunidade Solidária, que cria novas propostas de parceria entre Estado e Sociedade, principalmente através da regulamentação do terceiro setor.

Nos anos de 1990, após uma década de ofensiva neoliberal durante os governos Collor (1990 a 1992) e de FHC (1995 a 2003), com o Partido dos Trabalhadores fazendo oposição combativa, esperava-se que, quando eleito o governo de esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva (2002 a 2010), representasse uma alternativa a tal modelo. Porém, até os dias atuais vivencia-se avanços e retrocessos nos direitos sociais conquistados.

O exemplo disso é que na área da seguridade social, a saúde teve sua impulsão por grande movimento popular, dando grande avanço com a reforma sanitária, na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), apoiado nos princípios da Constituição Federal de 1988, como direito universal da população. Ao mesmo tempo em que lutamos para efetivação dos direitos sociais, vemos seus desmontes, nas privatizações e terceirização dos serviços públicos. Assim como a contrarreforma previdenciária fez com que os direitos sociais garantidos sofressem uma mercantilização.

A Política de Assistência social foi alterada como política pública fundada nos direitos sociais básicos, de forma focalizada e fragmentada, no sentido em que precisamos classificar os mais pobres na distribuição de auxílios e benefícios.

Vivenciamos desde então um desmonte dos direitos sociais em todas as áreas, afetando diretamente a vida da população. A esse respeito, Couto (2006, p. 63) colabora:

[...] ao dizer que o Estado Liberal foi campo fecundo para os exercícios dos direitos civis e políticos, compreendidos aqui como direitos que, ao serem proclamados, são dirigidos a uma parcela da população, sendo tarefa da sociedade a luta por ampliá-la desde sua criação, na medida em que o povo se organiza o Estado responde, embutido alguns direitos sociais a algumas parcelas da população, como forma de amenizar os conflitos.

A Política Nacional de Assistência social (PNAS) (2004) traz a importância do atendimento ao cidadão para além das demandas setoriais e segmentadas, tornando relevante a constituição da rede de serviços que cabe a Assistência social prover. Abre assim, um leque de possibilidades e ações que deve se constituir numa visão inovadora incluindo os “invisíveis”, tendo uma visão social capaz de entender não apenas as necessidades, mas as possibilidades e capacidades que devem e podem ser desenvolvidas.

A principal deliberação da IV Conferência de Assistência Social, realizada em Brasília em dezembro de 2003, foi a implantação do Sistema Único de Assistência social (SUAS), que ocorreu no ano de 2005.

A Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) foi aprovada em dezembro de 2005, trazendo em suas diretrizes o funcionamento do SUAS, sendo um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira. Organiza o modelo da proteção social, normatizando e operacionalizando os princípios e diretrizes de descentralização da gestão e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios (NOB/SUAS, 2005).

Assim, o SUAS deve organizar as ações da assistência social em dois tipos de proteção social: Proteção Social Básica materializada pelo CRAS e Proteção Social Especial realizada pelo Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), que configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc.).

O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da PNAS responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do

SUAS, localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social para atendimento às famílias. Conhecido como porta de entrada dos direitos sócio assistenciais nos territórios, materializando a PNAS (MDS, 2009, p. 11).

A Proteção Social Básica tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se a população que se encontra em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, etc.) e, ou a fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnica, de gênero ou deficiências, dentre outras) (PNAS 2004, p. 33).

Segundo a PNAS (2004) os CRAS deverão oferecer aos usuários alguns programas e serviços. Dentre eles o Programa de Atenção Integral família (PAIF), para fortalecimento de vínculos familiar e comunitário e, Programa de inclusão produtiva de enfrentamento a pobreza,

Em 2011 foi aprovada a Lei 12.435 complementa a LOAS instituindo o SUAS.

Em conformidade com o SUAS, o CRAS é uma unidade singular da proteção social básica e, é a única que desempenha as funções de gestão da proteção social básica no seu território e de oferta do PAIF.

No Capítulo II iremos destacar o surgimento dos CRAS em Florianópolis e contextualizar o território do CRAS Ingleses do Rio Vermelho, com seus fenômenos sociais a fim de problematizar a intersectorialidade como estratégia no atendimento integral às necessidades dos cidadãos.

3 O CRAS NO TERRITÓRIO INGLESES DO RIO VERMELHO

Neste capítulo, busca-se contextualizar o território do CRAS, que é fundamental para debater a intersectorialidade no que se refere à Assistência social e demais políticas sociais. O bairro/distrito Ingleses do Rio Vermelho compreende os bairros bairro/comunidade Ingleses (Sítio de Baixo, Sítio de Cima e Sítio do Capivari), bairro Santinho e bairro Rio Vermelho (Travessão e Muquém). Trata também de como o processo de ocupação inadequada do solo e aglomerações em Áreas de Preservação Permanente (APPs)², são transformadas em aprofundamento das desigualdades sociais.

3.1 O bairro dos Ingleses e a inserção do Centro de Referência de Assistência social - CRAS

As atividades dos CRAS em Florianópolis tiveram início no ano de 2005, com contratação de funcionários terceirizados através da empresa Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV), quais sejam assistentes sociais, psicólogas e técnicos administrativos.

A população do Norte da Ilha de Florianópolis até 2010, contava com apenas um CRAS que estava localizado próximo ao Terminal Urbano de Canasvieiras, com a instituição dos demais equipamentos da Proteção Social Básica. O CRAS Norte foi desmembrado em três: CRAS Saco Grande, CRAS Canasvieiras e o CRAS Ingleses do Rio Vermelho, compreendendo os bairros Ingleses Santinho e Rio Vermelho (HAESER, 2014).

² As Áreas de Preservação Permanente (APPs) são espaços territoriais especialmente protegidos de acordo com o disposto no inciso III, § 1º, do art. 225 da Constituição Federal. O Código Florestal (Lei Federal no 4.771, de 1965 – e alterações posteriores) traz um detalhamento preciso das Áreas de Preservação Permanente (aplicável a áreas rurais e urbanas), da Reserva Legal (aplicável às áreas rurais) além de definir outros espaços de uso limitado. As Áreas de Preservação Permanente - APPs são aquelas áreas protegidas nos termos dos arts. 2º e 3º do Código Florestal. O conceito legal de APP relaciona tais áreas, independente da cobertura vegetal, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

http://www.mma.gov.br/estruturas/202/_publicacao/202_publicacao01082011112029.pdf

No início, as atividades no CRAS Ingleses do Rio Vermelho contavam com uma assistente social, uma técnica administrativa e cadastros de 400 famílias que já eram atendidas no CRAS Norte.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE/2010), o bairro Ingleses do Rio Vermelho, tem uma extensão de 20,50 km² e, possui 39.388 habitantes e está localizado a 35 km do centro de Florianópolis. Nos últimos anos foram feitos grandes investimentos dentro dos chamados espaços “legais”, condomínios residenciais de alto e médio padrão, dotando o balneário de infraestrutura turística, formada por pousadas, hotéis, grandes supermercados, bares e restaurantes, que permite receber turista em qualquer época do ano. Porém, o grande fluxo de turista se dá na temporada de verão entre dezembro e março.

Suas atividades principais estão relacionadas ao comércio, à construção civil e principalmente ao turismo. A pesca que predominava como principal meio de subsistência da população local, ainda é realizada de forma artesanal, destacando-se a pesca da tainha em períodos mais frios.

No território do CRAS Ingleses do Rio Vermelho, como em toda Florianópolis, existem ocupações de solo não regulamentados, chamados “ilegais”. Porém, o que mais chama atenção pelo alto grau de vulnerabilidade social é a comunidade Vila do Arvoredo (antiga Siri), desenvolvida na década de 1980 com crescimento mais acelerado a partir dos anos 2000, a qual foi por muitas vezes objeto de pesquisas. Muitos moradores compraram terreno e construíram suas casas que as dunas foram soterrando e hoje sem condições de comprar em outro espaço se veem obrigados a construírem barracos sobre as areias sem nenhuma estrutura. Outras famílias, hoje, sem ter condições de pagar aluguel acabam por ocupar esse espaço:

É importante dizer que a maioria dos moradores da comunidade não ocupou, mas sim comprou seu pedaço de terra. Pagavam IPTU e tudo. Mas conviviam diariamente com a dificuldade de se obter água e luz regularizadas, além de acesso a direitos como escola, creche e atendimento público de saúde. Além disso, ônibus não entra na comunidade, circula apenas na estrada principal, deixando ainda mais difícil a vida da população local. Quando chovia, alagava tudo, afinal, algumas casas foram construídas bem em cima dos lagos que se

formavam pelo acúmulo de chuvas das dunas (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2011 *apud* CHESINI 2012, p. 19).

A comunidade é alvo de muitas pesquisas e reportagens, observa-se que muitas vezes o Estado através de seu aparato, como a Fundação do Meio Ambiente (FATMA), acompanhada de policiais, adentra a comunidade para demolição das construções sem se importar com a população que ali vive ou sobrevive. As lideranças locais são fortes e organizadas e, juntamente com a comunidade, usualmente enfrentam o Estado nessas situações, não permitindo que se desmontem os barracos.

Há aproximadamente três décadas que a comunidade Vila Arvoredo enfrenta uma árdua batalha pela conquista do direito a moradia. Conforme Branco (2008) *apud* CHESINI (2012, p. 14) “as lideranças, bem como a comunidade vêm lutando por moradia através de sua auto-organização. É uma luta atravessada por promessas, projetos, abaixo assinados e mobilizações populares”.

Em visitas domiciliares durante o estágio, percebeu-se as diferenças na infraestrutura dentro da mesma região. Grande parte da comunidade mora em aglomerações de barracos no final da Rua Siri e, muitos moradores não têm saneamento básico, recolhimento de lixo, água ou energia elétrica. Torna-se visível a realidade gritante com as belas casas no início da rua ou mesmo do outro lado das dunas onde está localizado o campo de Golf, com condomínio de alto padrão de luxo.

Em 2005, foram cadastradas pela Secretaria Municipal de Habitação, 168 famílias para uma possível remoção. Porém, até o presente momento nenhuma família foi retirada. Dados da PMHIS dizem que, em 2010 já seriam mais de 300 famílias esperando por uma moradia digna. Não há um número preciso de famílias, mas a cada visita domiciliar durante o estágio era perceptível o levante de mais barracos.

Em 2013, a cineasta Fernanda Friedrich, fez um documentário intitulado Vida na Areia. Segundo a autora a proposta é mostrar que eles não são invisíveis e chamar atenção do poder público, para realidade da comunidade do Siri Norte da Ilha, onde as dunas engolem as casas.

O avanço das dunas faz com que os moradores removam seus barracos antes que sejam engolidos por ela. Relatos de moradores e cenas do filme mostram a triste realidade vivida por essa gente, sem ligação regular de luz, água e saneamento básico. Isso faz com que as crianças brinquem no esgoto e as famílias convivam com areia sobre suas casas cotidianamente (FRIEDRICH, 2013).

A ideia disseminada pela mídia como melhor lugar para se viver, transformam os espaços, principalmente os irregulares de APP beirando a barbárie humana.

Os moradores migram em busca de melhores condições de vida e, ao chegarem à cidade se deparam com uma realidade distante da esperada. Conforme Maricato (2003), essa população que não cabe no mercado de trabalho e que não é atendida por políticas públicas, se instalam nos espaços onde a ocupação de solo é ilegal para construção de suas moradias, levando-os principalmente a ausência de cidadania e direitos sociais.

O bairro Santinho está situado no distrito dos Ingleses do Rio Vermelho. Até a década de 1970 era conhecido como o povoado das aranhas. Seus dois quilômetros de praia, oferecem um descanso tranquilo a seus visitantes e moradores, proporcionando, ainda, a práticas de esportes, devido às fortes ondas. Os costões abrigam um interessante acervo de arte rupestre tendo uma de suas inscrições datadas em cerca de cinco mil anos. É possível observar o impacto social proveniente do turismo. Assim como nos demais bairros, a comunidade do Santinho sofre a má distribuição da renda. Com o fim da pesca na comunidade, de acordo com Couto (2010 p. 42) “os descendentes dos pescadores antigos venderam suas terras por preço ilusório, e muitos deles são assalariados do comércio e dos hotéis locais”. E complementa:

Situado no final da Estrada principal, Vereador Onildo Lemos, o bairro do Santinho, possui uma população de 3723 habitantes. Está situado o melhor resort de praia do Brasil, dono de diversos prêmios e títulos, por sua excelência e *qualidade*, o *Costão do Santinho Resort & Spa*. Recebe turistas durante o ano todo, bem como promove grandes eventos nacionais e internacionais, com condomínios residenciais de alto padrão (IBGE- 2010, *apud* Couto 2010 p. 42).

Outro bairro do território do CRAS é São João do Rio Vermelho que, segundo dados do IBGE 2010, possui uma população de 13.513 habitantes em uma área de 31,68 km². As casas estão concentradas ao longo da Rodovia João Gualberto Soares e em mais de 100 servidões, muitas delas construídas de forma ilegal.

O bairro, que outrora se concentrava próximo à igreja e ao cemitério da região, na localidade chamada de Freguesia, atualmente se expandiu e contempla outras localidades como o Travessão, o Muquém, Porto, Moçambique e o Parque Florestal do Rio Vermelho. As localidades do Travessão e de Muquém, ambas ao norte, são mais recentes e, em parte, fruto de invasões, loteamentos regulares e clandestinos (GUIA FLORIPA, 2010, p. 1).

Situada neste bairro está a primeira comunidade quilombola regularizada de Florianópolis, composta por 26 famílias descendentes de escravos chegados aqui em meados do século XVII e foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em outubro de 2013 (INCRA, s. d.).

Com a migração em massa vinda de outros Estados e do interior do Estado de Santa Catarina em busca de melhores condições de vida, os bairros cresceram desordenadamente sem um plano diretor. Nesse sentido Couto (2010, p. 38) diz que:

A falta de ação e controle por parte dos órgãos públicos, em especial à Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (CELESC) e Fundação de Meio Ambiente (FATMA), contribuiu para a disseminação. Mesmo sem projeto ou aprovação, a PMF partilhou e passou a tributar estes lotes, cobrando o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). CASAN e CELESC permitiram e autorizaram ligações de fornecimento de água e luz. A FATMA, por sua vez, permitiu a ocupação de áreas de preservação e reserva sem qualquer projeto ou consciência com a preservação bem como reserva legal de área verde.

Conforme referencia Maricato (2003), a migração em massa traz várias consequências e, é preciso que o poder público esteja atento às demandas, pois elas exigem uma maior interação e articulação no desenvolvimento de políticas públicas e sociais, para atender os fenômenos da Questão Social que se apresentam com rápidas mudanças, como a falta de vagas nas escolas públicas, precária atenção à saúde, baixo emprego e conseqüentemente a falta moradia.

Dados do Plano Municipal de Habitação e Interesse Social (PMHIS 2009 p.15) indicam que Florianópolis se distingue por ser uma área formada por oito municípios da Mesorregião, chamando-a de aglomeração urbana de Florianópolis, tendo em comum às ocupações que são. Segundo PMHIS (2009, p. 16.):

[...] são limitadas por barreiras naturais que se estendem e adensam no sentido continental, sendo que três municípios - São José, Biguaçu e Palhoça - formam uma “área conurbada³ ao pólo” e quatro municípios - Governador Celso Ramos, Santo Amaro da Imperatriz e Antônio Carlos e Tijucas – constituem-se naqueles mais afastados do polo.

Em 1822, Florianópolis torna-se a capital da Província de Santa Catarina e passa a desenvolver as atividades administrativas e comerciais de Capital. A construção da ponte Hercílio Luz na década de 1920 facilitou o acesso a Ilha de Santa Catarina que até a década de 1930 era ainda o principal portuário do Estado, porém nas próximas décadas foi substituído pelos portos de Itajaí e Imbituba por apresentarem melhores condições (PMHIS, 2009, p. 20.).

O município possui três divisões administrativas institucionalizadas: os distritos, os bairros e as Unidades Especiais de Planejamento (UEP). Os distritos são ao todo 12 e desmembram o município em grandes áreas. De acordo com o plano “Florianópolis caracteriza-se por possuir índices de desenvolvimento que lhe conferem a responsabilidade de ser uma capital brasileira com excelente qualidade de vida e baixa taxa de mortalidade infantil” (PMHIS, p. 11, 2009).

Até a década de 1960 a cidade de Florianópolis era voltada ao setor agrícola e pesqueiro. Porém, concomitante com o desenvolvimento do Brasil especialmente a partir do período (1955-1960), que implementou a proposta de desenvolver cinquenta anos em cinco, com objetivos e metas de forma a atingir o desenvolvimento econômico priorizando transporte, energia, alimentação, indústria de base e, educação. Assim como outras cidades, Florianópolis teve seu efetivo crescimento.

A partir de então, no município, as instalações de estatais como Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural em Santa Catarina (EPAGRI),

³ Conjunto de duas ou mais localidades cujas zonas urbanas tenham se tornado limítrofes umas das outras, constituindo um todo continuamente urbanizado, podendo ser separada por rios, lagos, baías, braços oceânicos ou por uma distância de até 1000 (um mil) metros.

Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro de Informática e Automoção de Santa Catarina (CIASC), entre outras, impulsionaram o adensamento e crescimento com especulação imobiliária principalmente da região Itacorubi (PMHIS, 2009, P. 15,).

Sobre esse assunto, o Centro de Estudos e Cidadania (CECCA, 1997, p. 105 apud, NETO, SOARES, BITTENCOUT, s/d, p. 2,) assim descreve esse processo imobiliário:

[...] ocorreu em toda Ilha a fragmentação da pequena propriedade rural, através do seu parcelamento – na maioria dos casos irregularmente – visando à criação de lotes residenciais. Esse processo foi acelerado com a chegada dos novos moradores ao município, principalmente na Ilha, a partir da década de 1960. Então, os funcionários das Empresas e repartições estatais recém-instaladas, invadiram com seus loteamentos, conjuntos residenciais, terrenos e bairros, os antigos sítios que compunham as freguesias mais próximas do perímetro urbano da Ilha (Trindade, Pantanal, Santa Monica e Córrego Grande).

Nessa mesma década o da BR 101⁴ colaborou para grande crescimento e desenvolvimento da região. A construção da ponte Colombo Salles, que liga a Ilha ao Continente, o aterro da Bahia Sul e Avenida Beira-Mar Norte resultaram num grande aumento de fluxo migratório. Muitos turistas chegavam e fixaram aqui sua residência.

Conforme o CECCA, (*apud*, PMHIS, 2008, p. 21) essas ocupações formam um desenho caótico longe do que se pode chamar de mínimos aceitáveis para uma vida digna, com precária ou nenhuma infraestrutura básica como água, energia elétrica, esgoto ou drenagem caracterizando espaços de pobreza e exclusão social.

A duplicação da SC-401⁵ na década de 1980, também cooperou para o crescimento acelerado dos bairros no Norte da Ilha. Os nativos até então

⁴ A BR-101 é uma rodovia federal longitudinal de grande importância para o desenvolvimento nacional, que acompanha o litoral no sentido norte-sul e atravessa os municípios de Biguaçu, São José e Palhoça, influenciando diretamente na composição físico territorial dessas cidades. A rodovia federal é o principal acesso a esses municípios, assim como à Florianópolis, sendo ela a sua interligação terrestre com os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, bem como com o restante do país (PMHIS, 2010)

⁵ No município de Florianópolis, fica claro a ocupação no entorno do anel produzido pelas rodovias (SC 401, 402, 406 e 405). Merece especial atenção a rodovia SC-406 situada na porção leste da Ilha que liga os distritos de Campeche, passando pelos distritos da Barra da Lagoa e São João do Rio Vermelho até o distrito de Ingleses do Rio Vermelho, esse último, um dos mais populosos do

proprietários de grandes áreas agrícolas começaram a vender pequenos lotes de 360m², sem nenhum planejamento urbano. Era feito a medição do terreno e passado ao próximo proprietário por contrato de compra e venda. Outros espaços eram simplesmente ocupados por famílias vindas de outras cidades ou mesmo do campo.

Esse povoamento desordenado sem nenhum planejamento conforme o PMHIS (2008, p. 1):

[...] formou um desenho urbano aleatório e caótico, aliado à falta de qualidade dos assentamentos irregulares no município, e devido à condição precária das habitações e infra-estrutura urbana, confere-se como resultado, territórios de exclusão em todas as dimensões, Consequentemente, esse cenário obriga a realização de estudos com alternativas em universalizar o acesso à moradia, melhoria das condições de habitabilidade, de preservação ambiental e de qualificação dos espaços urbanos.

Muitas famílias são atraídas pela propaganda de melhor lugar para se viver, passam suas férias em Florianópolis, começam a trabalhar e fixam residência. Porém, o trabalho em sua grande maioria é temporário de verão e, se dá entre os meses de dezembro e abril.

Após esse período algumas famílias ficam desempregadas e não conseguem mais pagar o aluguel, por exemplo, migram para ocupações de solos não regulamentados, principalmente os de APP (como mangues, dunas, encostas) locais de deslizamento sujeitos a enchentes e principalmente distantes de direitos sociais básicos, como água tratada recolhimento de lixo e saneamento básico.

Para Maricato (2003, p. 153), a ilegalidade é sem dúvida um critério que permite a aplicação de conceitos como exclusão social, segregação ou até mesmo de *apartheid* ambiental, transformando esses espaços em bolsões de pobreza.

Embora haja muitos significados ou conceitos sobre pobreza, em qualquer lugar do mundo, ela é entendida como ausência ou privações das necessidades básicas humanas.

município. Outra rodovia que merece destaque é a SC-401, que faz a ligação do centro da Ilha ao distrito de Canasvieiras, importante pela sua vocação voltada ao na região turismo estrangeiro.

Para Pereira (2002, p. 58):

Necessidades básicas humanas são interpretadas de varias formas, porém citando Marx dirá que, antes de falar de necessidades humanas, o mesmo introduziu o conceito de necessidades existenciais como sinônimo de necessidades primárias relacionadas ao instinto de autoconservação [...] abre-se então a partir de Marx, um leque de fecundas considerações sobre necessidades humanas, que também são sociais.

Uma tarefa precípua dos cientistas sociais hoje é de reconhecer e estabelecer um único conceito geral sobre necessidades básicas e conceito de pobreza, que apesar das diferentes ideias, todos entendem como privação ou falta de necessidades básicas humanas, quais sejam: saúde, educação democrática, saneamento, habitação, trabalho etc. Para endossar, os pesquisadores do IPEA e PNAD (apud, GODINHO, 2011, p.2) dizem que:

No Brasil necessariamente a pobreza está vinculada às desigualdades sociais, e, às diferenças gritantes de distribuição de renda. O que quer dizer que o Brasil poderia ter um enorme crescimento econômico, no entanto, se não enfrentar suas desigualdades, se não tiver equidade na distribuição de seus recursos ele continuará sendo muito pobre.

As desigualdades sociais somam-se ao desenvolvimento das atividades turísticas, que na região traz intensas disputas pela ocupação do solo urbano. As grandes construções se ocupam das reduzidas áreas legais, sobrando para ocupação ilegais áreas de preservação ambiental (matas nativas, dunas manguezais, topos de morro e encostas), onde se da à expansão progressiva das periferias e pobreza.

Corroborando com essa ideia, Maricato (1999, *apud* MARICATO, 2003), sinaliza que a ocupação ilegal como as favelas são largamente toleradas quando não interferem nos circuitos centrais da realização do lucro imobiliário privado. Se, de um lado, o crescimento urbano foi intenso durante décadas e, o Estado teve dificuldades de responder às dimensões da demanda, de outro, a tolerância para com essa ocupação anárquica do solo está coerente com a lógica do mercado fundiário capitalista, restrito, especulativo, discriminatório e com o investimento público concentrado.

Dentro dessa ótica, ainda que, como Miranda (2007 p. 3 apud PMHIS 2012, p.4,) diz que:

Florianópolis é considerada uma cidade com boa qualidade de vida e atrai constantes fluxos migratórios. Verifica-se que esse fator propiciou a formação de muitas favelas, principalmente nas últimas décadas. Uma parcela dos moradores das favelas é constituída de migrantes, população de baixa renda que foi expulsa do meio rural e que veio morar nestes espaços de pobreza.

Para a próxima seção iremos destacar o desafio e busca da equipe do CRAS na articulação com as demais políticas sociais, para atendimento as demandas sociais complexas no contexto territorial, as quais se refletem através das expressões da Questão Social, adentrando diretamente nos atendimentos do CRAS, as quais exigem interação de um trabalho em rede, entre a Política de Serviço Social, demais políticas e ações governamentais e não-governamentais para sua concretude. Neste sentido é preciso identificar os problemas comuns para transformação de ações coletivas na perspectiva de juntos somarmos forças na articulação dos sujeitos sociais de forma a atender e fortalecer o cidadão na ampliação dos direitos, não isentando a responsabilidade do Estado, mas exigindo que o mesmo cumpra seu papel.

Uma das principais ações trazidas pela PNAS é a intersetorialidade, na busca pela superação e fragmentação no atendimento aos cidadãos. No entanto, é uma discussão que não pode ser descontextualizada do território e suas particularidades. Desta forma, no próximo capítulo abordaremos três demandas atendidas no CRAS que, para seu efetivo atendimento foi necessário a articulação entre várias políticas sociais, vislumbrando na intersetorialidade uma forma eficiente para dar respostas imediatas quando necessário. Porém, com o cuidado de não institucionalizar o cidadão, mas fortalecê-lo na busca por direitos sociais. Além disso, colocar os desafios encontrados para articular com as demais políticas no atendimento ao cidadão para coletivização das demandas.

4 INTERSETORIALIDADE NA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEMAIS POLÍTICAS

4.1 Contextualizando a rede dos CRAS norte

A partir de 2013, foi articulado pelos CRASs Norte a Rede Socioassistencial e Intersetorial na abrangência do território Norte da Ilha de Florianópolis - chamada Grande Rede, compreendendo o território dos três CRASs: CRAS Canasvieiras, CRAS Saco Grande e CRAS Ingleses do Rio Vermelho. Foram convidados, para fazer parte da rede, todos os sujeitos sociais da assistência, da educação, governamentais e não-governamentais. Foram realizadas reuniões mensais para discussões das demandas existentes no território e conhecimento entre os sujeitos sociais das diversas políticas públicas. Foram escolhidos e eleitos pelos sujeitos sociais presentes, alguns “nós” críticos como prioridades existentes no território para serem trabalhados. Porém, no ano de 2015, percebeu-se certo esgotamento na grande rede, pela pouca abertura e/ou participação de alguns sujeitos sociais, bem como pela decisão conjunta de que cada CRAS trabalhasse o seu território de abrangência, buscando assim atender as necessidades locais. Ficou então acordado que haveria uma reunião trimestral da Grande Rede e cada CRAS trabalharia suas demandas através da articulação dos sujeitos sociais, do conhecimento e necessidades do território.

Sobre sujeito social, Silva (1995, p.9) considera:

O (indivíduo) autônomo, ativo, participante, que tem consciência das desigualdades, da concentração de poder e de privilegio, das injustiças em suas diferentes formas de manifestação, das ameaças e do desrespeito aos direitos humanos e, ao mesmo tempo, é capaz de usar sua criatividade para realizar transformações por meio de sua atuação individual, inserindo-se em processos de lutas e construções coletivas de uma sociedade humana, solidária e cidadã.

Assim a assistência social não pode ser entendida como uma política exclusiva de proteção social, as atividades devem ser compartilhadas e a atuação interdisciplinar deve ser compreendida como uma prática onde todos os sujeitos envolvidos se respeitem conforme assegurados no Código de Ética de cada Profissão.

4.2 Intersetorialidade no território

O CRAS Ingleses do Rio Vermelho, visando superar a fragmentação e focalização das políticas sociais, vem buscando articular com os sujeitos sociais do território para atender de maneira integrada os cidadãos que demandam a articulação de várias políticas públicas para atendimento das consequências dos fenômenos sociais, culturais e políticos que impactam em suas vidas, e, extrapolam o atendimento de uma única política.

A intersectorialidade deve incorporar a ideia de integração, de território, de equidade, enfim, dos direitos sociais; onde as políticas e sujeitos sociais do território tenham uma visão integrada dos problemas sociais com práticas de ações conjuntas, dos problemas comum na busca de soluções. Busca-se otimizar os recursos escassos na compreensão de que a complexidade da realidade social não se esgota no âmbito de uma única política social, seja ela qual for.

Ao entendermos a pobreza como consequência da ausência de bens, fundamenta-se que, para atender as demandas complexas é necessária a integração de todos os sujeitos sociais. Essa articulação e integração devem ser no atendimento ao cidadão, na soma de diferentes saberes sem hierarquização, construindo assim um elo de confiança entre os atores para que se obtenha o resultado desejado, agindo na prevenção e superação das expressões da questão social.

No que se refere à intersectorialidade a (NOB/SUAS 2005), traz a definição da ação em rede, na consolidação da assistência social com a reformulação da PNAS e da NOB/SUAS. Ainda, segundo o MDS em seus textos desenvolvidos para capacitação nos espaços de proteção social básica, define que a articulação da rede referenciada ao CRAS consiste no estabelecimento de contatos, alianças, fluxos de informações e encaminhamentos entre o CRAS e as demais unidades de proteção social básica do território.

Trabalhar a intersectorialidade com o conjunto de políticas sociais requer conhecimento do território e suas demandas complexas na busca de inclusão

social, pensando e considerando os problemas da população, para atuação de forma integrada entre as políticas, pois, se cada política olhar as demandas complexas de forma isolada, continuaremos atendendo a população de maneira fragmentada.

Dessa forma, Inojosa (2011, p. 105 *apud* GARAJAU 2013) assinala sobre o quanto é desafiador trabalhar a intersetorialidade, pois requer, não apenas uma readequação dos serviços ofertados pela gestão pública, como uma readequação na caracterização, envolvimento e comprometimento dos sujeitos no processo de operacionalização das atividades de gestão e execução dessa perspectiva.

Conforme a PNAS (2004, p.42):

[...] é a partir da intersetorialidade que podemos superar os atendimentos fragmentados, olhando para a totalidade de forma a combater o processo de exclusão social em curso [...] pensar na política pública a partir do território exige também um exercício de revista à história, ao cotidiano, ao universo cultural da população que vive neste território (...) com perspectiva de totalidade, de integração entre os diferentes setores para identificar os problemas concretos.

O desenvolvimento da intersetorialidade deve ser, ainda, no sentido de somar os diferentes saberes para efetivação de políticas integrais, visando contribuir ao processo de ampliação dos direitos sociais, da igualdade equidade e oportunidade. Isso requer planejamento, conhecimento e rompimento com a cultura enraizada do atendimento fragmentado, devendo haver empenho e comprometimento de cada sujeito e setor para sua concretização. O trabalho deve ser articulado e integrado, com objetivo de identificar as necessidades da população e, desenvolver ações com êxitos rápidos, que pluraliza a tomada de decisões e aproxima o Estado e a população.

Esse êxito rápido para desenvolvimento de ações se dá no sentido de que a intersetorialidade articulada trará a soma das demandas complexas que dependem da realização de políticas públicas integradas e, o assistente social enquanto conhecedor da realidade social do território deve buscar interlocuções com os demais sujeitos sociais, lideranças comunitárias e organizações governamentais e não governamentais. Além dos dados existentes das demandas atendidas, entendendo que esses dados são apenas uma indicação de

que existem fenômenos sociais complexos demandando trabalhos conjuntos e desenvolvimento de políticas públicas para alcance dos objetivos e metas.

A articulação da intersectorialidade no território deve se dar através do conhecimento do território, entendendo e respeitando o chão que se pisa e as relações sociais e culturais de cada local, só assim essa ação terá resultado. Sob essa ótica, Santos (2000) diz que devemos conhecer o território para desenvolvimento de ações, realizando a leitura de mundo, com olhar e compreensão crítica para além do que nos é posto, lançando o olhar para o diferente e observá-lo como espaços do todo.

O processo de implementação da intersectorialidade entre a Política de Assistência social e demais políticas públicas se dá na direção de proteção social e materialização de direitos sociais. A articulação com as demais políticas pressupõe a garantia de acesso ao conjunto de políticas públicas bem como atendimento a totalidade das manifestações da Questão Social.

A NOB/SUAS diz que é preciso ter clareza da intersectorialidade onde a produção do trabalho deve ser coletiva e os diferentes saberes devem se complementar e se articular entre si.

Corroborando com essa ideia, Yamamoto (1999, p126):

[...] a intersectorialidade tem dimensão investigativa com práticas interventivas, se insere, portanto, naquele processo mais amplo que requisita um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais; versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais nos diferentes níveis dos serviços sociais, prestados aos usuários.

Apropriando-nos das colocações desta autora sobre a amplitude de capacitação que os profissionais devem ter para articulação intersectorial, esse profissional deve, ainda, ser responsável e comprometido com esse fazer para que a ação em que todos estão envolvidos tenha resposta desejada na sua concretude.

Assim, é possível uma nova forma de abordagem nas necessidades da população, atendendo o cidadão nas diversas dimensões, ou seja, a

intersetorialidade permite a realização do atendimento das necessidades da população de forma integrada.

Além da política de assistência social outras políticas públicas vêm buscando trabalhar a intersetorialidade na perspectiva de atender o cidadão em sua totalidade. A Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina elaborou em 2011 um documento que se intitula Núcleo de Apoio e Prevenção Atenção e Atendimento às Violências nas Escolas Estaduais NEPREs.

O documento foi pensado e planejado na prevenção e enfrentamento às diferentes formas de violências vivenciadas no cotidiano escolar. O NEPREs (2011) traz diretrizes e fundamentações no entendimento plural da violência, tendo em suas principais atribuições articular com as entidades da saúde, assistência social, habitação, e justiça, para levantar serviços de atendimento à crianças e adolescentes, vítimas de violência e vítimas agressoras; com vistas a garantir ampla cobertura e atuação no atendimento em rede com acompanhamento.

Ressalta-se aqui, a importância da inserção do assistente social nas escolas públicas para articulação da intersetorialidade. Pois pela sua formação e experiência, os/as assistentes sociais têm uma função estratégica na análise crítica da realidade social, com possibilidades e potencialidades no enfrentamento das desigualdades sociais.

Seja no campo educacional ou qualquer outro espaço sócio-ocupacional o profissional de Serviço Social deve exercer sua autonomia profissional com competência crítica, norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional (CEP) de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/ 1993), bem como as Leis de Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social ABEPSS (CFESS, 2009).

Dessa forma, têm um papel fundamental na compreensão e análise crítica da crise econômica e de sociabilidade que assola o Brasil e o mundo.

Essa crise é fortemente determinada pela concentração de renda e, se expressa nos altos índices de desemprego, violência, degradação urbana e do meio ambiente, ausência de moradias adequadas, dificuldade de acesso à saúde, educação, lazer e nas diferentes formas de violação dos direitos (CFESS, 2011, p.27).

Essas premissas apontam a importância da intersetorialidade de forma a atender o cidadão de modo integral, articulando com diferentes saberes e políticas especialmente com as políticas sociais e sujeitos sociais do território.

Nesta perspectiva, a intersetorialidade não é um conceito que engloba apenas as políticas sociais, mas também sua interface com outras dimensões da cidade, como sua infra-estrutura e ambiente, que também determinam sua organização e regulam a maneira como se dão as relações entre os diversos segmentos sociais (SCHUTZ, MIOTO, 2010, p. 62).

No que se refere à intersetorialidade a REDE UNIDA (2000) citada por Schutz *apud* Mioto (2010, p. 62) enfatiza a importância do protagonismo dos sujeitos na sua construção onde a intersetorialidade é a articulação entre sujeitos de setores sociais diversos e, portanto, de saberes, poderes e vontades diversos, para enfrentar problemas complexos.

4.3 O serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF e a intersetorialidade

Buscou-se dar maior ênfase ao trabalho da intersetorialidade, referenciando três atendimentos do serviço PAIF, os quais demandaram a articulação de várias políticas para que as demandas familiares fossem atendidas de maneira integral. Verifica-se a dificuldade de articular com outras políticas em especial da educação. Para tanto, verifica-se o quanto é imprescindível à aprovação do PL 3466/2012 que diz ser obrigatória a inserção dos profissionais de serviço social e psicologia nas escolas públicas, não apenas para articulação e intersetorialidade, mas formalizar a educação como direito social. Frisando ainda que o trabalho do assistente social nas escolas públicas possibilitará a interlocução entre os atores sociais entendendo a realidade social e cultural de cada aluno e família na busca de uma educação laica, continuada, democrática e gratuita e de qualidade.

A intersetorialidade é importante para que os sujeitos sociais não sejam meros repassadores de demandas, mas tenham a certeza da garantia que o cidadão terá acesso às políticas para as quais foram encaminhadas para

efetivação do atendimento com encaminhamento monitorado o qual apenas se dá no sentido da articulação, com conhecimento e confiança entre os sujeitos das diferentes políticas para efetividade das demandas.

O trabalho intersetorial deve ser direcionado para realizações de ações conjuntas entre as diversas políticas, para melhor conhecimento do território e suas demandas, tanto emergenciais, quanto as de longo prazo. Buscando com essa ação conjunta atender e prevenir situações complexas, criando estratégias para desenvolvimento de políticas setoriais.

Consiste em aumentar a capacidade de dar respostas perante a complexidade das expressões da Questão Social, para as quais, as soluções simples e lineares não são suficientes. Uma única política “não dá conta” de atender demandas complexas, é preciso que haja conexão entre todas.

O trabalho social com as famílias do PAIF é materializado por meio de ações, e estas se constituem em acolhida, oficinas com as famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos (CARVALHO, 2012, p. 25).

Segundo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) o trabalho social com famílias do PAIF é materializado por meio de ações que convergem para atender determinado objetivo.

São ações do (PAIF):

- Acolhida;
- Oficinas com Famílias;
- Ações Comunitárias;
- Ações Particularizadas;
- Encaminhamentos;
- Acolhidas individuais e coletivas.

Dentre os serviços e programas, podem ser oferecidas oficinas para famílias e/ou outros grupos com temáticas para conhecimento dos direitos sociais com reflexões voltadas ao território.

4.3.1 Apresentação das demandas: limites e desafios à intersetorialidade

4.3.1.1 Primeira Demanda

Motivo da demanda: A usuária “avó” buscou o CRAS por demanda espontânea para auxílio alimentação e ajuda para a saúde de sua filha com problemas mentais desde o seu nascimento. Porém, nunca teve um diagnóstico sobre qual doença, apenas foi medicada durante sua vida.

Composição familiar: usuária de 63 anos, sendo a família originária da Bahia, mãe de dez filhos. Veio com ela apenas a filha de 47 anos, filho de 23 anos e o neto de 11 anos, que foi criado pela usuária desde seu nascimento, pois sua mãe veio a óbito durante o parto.

Histórico: A família pagava aluguel, a usuária trabalhava de diarista e, precisou se ausentar do trabalho para cuidar da filha com graves problemas de saúde além do mental. O filho trabalhava em supermercado com baixo salário e o neto de 11 anos estudava.

A usuária não possuía nenhum documento de guarda do seu neto, então foi orientada sobre a necessidade de obter documento de guarda provisória.

Após escuta e atendimento qualificado e, diante de demandas complexas, a família foi incluída no acompanhamento do serviço PAIF e a usuária foi orientada a encaminhar o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para filha que é incapaz para o trabalho. A assistente social e psicóloga fizeram várias visitas domiciliares e atendimentos no CRAS.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um direito constitucional regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência social (LOAS) e pelos Decretos 6.214/2007 e 6.564/2008. Destina-se às pessoas idosas com 65 anos ou mais e

às pessoas com deficiência incapacitadas para a vida independente e para o trabalho, ambas com uma renda familiar per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (PNAS, 2004, p. 32).

Desde a sua implantação o BPC foi operacionalizado estritamente como um direito de uma pecúnia mensal de um salário mínimo.

Verifica-se aqui a importância da intersectorialidade bem como o conhecimento dos demais recursos existentes a nível municipal, estadual e federal, que exigem um profissional propositivo e interventivo nos espaços onde as multifacetadas da questão social explodem configurando-se em demandas sociais complexas.

A usuária retornou ao CRAS para obter orientação e ajuda para sua filha com graves problemas de saúde e para seu neto que estava com dificuldades de aprendizagem e, apesar de estar no 2º ano não sabia ler ou escrever. Por conta disso, sofria *bullying* na escola e isso gerava conflito entre os alunos, até mesmo agressão física, seguida muitas vezes com expulsão do aluno.

O trabalho dos assistentes sociais e psicólogos no CRAS requer interface com as demais políticas sociais na perspectiva de mediar o acesso dos/as cidadãos/ãs ao direito social. Dessa forma, o trabalho interdisciplinar é para atender o cidadão em sua totalidade, buscando a emancipação política dos sujeitos.

Desse modo, buscou-se interlocução com a escola do referido aluno, com relatório social da realidade social da família. Nos diálogos com o educador e direção da instituição escolar, observou-se o quanto ainda predomina o modelo funcionalista, pela pouca abertura encontrada na instituição de ensino.

Em novo contato telefônico a usuária informou que sua filha estava internada no Hospital Universitário (HU) precisando de cirurgia no coração. Devido aos medicamentos controlados que tomava, poderia haver graves complicações. A Assistente social da Saúde do HU fez contato via email e

telefônico com o equipamento, para informar as demandas da usuária. Foi retornado email e telefonema com informações já existentes no CRAS.

Com agravamento da saúde de sua filha e esta precisando de cuidados em tempo integral, a mãe necessitou deixar seu trabalho e isso só agravou mais a situação da família que não conseguiu mais pagar aluguel. Com ajuda de vizinhos e amigos ocuparam uma casa que aparentemente não tinha dono.

Em novo atendimento a usuária esclareceu as dificuldades pela qual sua família estava passando e que já estavam residindo em novo local (terreno com casa) aparentemente sem dono, mas que gostaria de legalizar a situação. Buscaram-se todos os recursos possíveis para saber se havia proprietário da referida propriedade, não foi encontrado nenhum documento. A equipe do CRAS entrou em contato com a Defensoria Pública da União (DPU), enviando estudo social da família, a qual foi aconselhada pelo órgão a permanecer no local enquanto ninguém reclamasse o imóvel (sendo que se morar cinco anos poderá ter direito á propriedade por usucapião⁶ do terreno).

A assistente social do INSS ligou para o CRAS dizendo que o benefício teve seu primeiro encaminhamento negado. Devido às dificuldades de saúde da usuária foi utilizado o carro de visitas para levá-las na DPU, para informações sobre a curatela do neto e entrada no BPC, uma vez que teve sua primeira negação. Como já referenciado tratou-se também da ocupação da moradia.

Durante os atendimentos com a família, o menino foi ouvido e foi possível observar que era gentil, educado, comunicativo e principalmente, demonstrava muita vontade de aprender. A equipe do CRAS entrou em contato telefônico com a direção da escola e com a professora do referido aluno solicitando uma reunião, para juntos, buscar uma solução. A professora preferiu enviar pela avó o seguinte relatório:

⁶ Usucapião Constitucional ou Especial Urbana pro misero (arts. 183, CF; 1.240, CC; 9º, Lei 10.257/01). O art. 183, caput, da Constituição Federal diz que: "Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural".

“O aluno é um menino amoroso e querido, porém dispersivo. Não consegue assimilar quase nada e não retém informações. Seus cadernos são desorganizados, pois não tem interesse, entretanto em visita percebi que a família é desequilibrada e desestruturada. A mãe biológica morreu no seu nascimento e sua mãe adotiva sofre de uma doença mental. O pai mora na Bahia e cabe à avó de 63 anos com poucas condições financeiras e com saúde abalada, cuidar. A escola precisa de um laudo médico contendo: Classificação Internacional de Doenças (CID) da doença, para conseguir um 2º professor para alfabetizá-lo. Preciso saber se é neurológico, psiquiátrico, nutricional ou déficit de atenção. Somente através de um profissional habilitado para estas questões poderemos chegar a uma metodologia para ensiná-lo.”

Diante de tantos fenômenos sociais que assolam a sociedade as quais se refletem em demandas complexas nas escolas públicas, justifica-se importância da inserção dos profissionais de Serviço Social e Psicologia nas escolas sob Projeto de Lei – PL Nº 3.466/2012, trazendo em sua justificativa a proposta de um Serviço Social, atuante de maneira educativa, crítica e reflexiva trabalhando a tríade escola-família-comunidade considerando a realidade socioeconômica e cultural onde vivem.

No campo da educação, o trabalho dos/as Assistentes Sociais vai além das “paredes Institucionais”, visando à defesa da educação escolarizada e continuada enquanto direito social, desenvolvendo ações em consonância com o projeto ético-político na luta por uma educação pública, continuada, laica, presencial e de qualidade.

Em atendimento à família, a equipe do CRAS retornou diálogo com o professor buscando mediar a situação, já que o aluno vinha sofrendo *bullying*, pela dificuldade de aprendizagem.

É importante registrar que, não estamos fazendo uma crítica aos professores, mas à forma como o Estado responde ou não responde a esses fenômenos sociais. Um/a único/a professor/a atende aproximadamente 30 alunos e, não consegue dar o acompanhamento que demanda de uma equipe profissional técnica, com especialização e compreensão da realidade social para desenvolvimento de ações conjuntas e interdisciplinares.

Foi elaborado o relatório que é um instrumento importante do Serviço Social, e feito contato com assistente social do Posto de Saúde, sobre a

emergência e necessidade de investigação médica, averiguação e análise dos sintomas do aluno. Após exames neurológicos ficou constatado que o menino tem dislexia, necessitando de apoio psicopedagógico e/ou fonoaudiológico e de técnicas de ensino e avaliações apropriadas para a doença. “O Neurologista enviou o site para que o professor possa buscar auxílio para o desenvolvimento do aluno, visto que a educação não tem equipe pedagógica para tal”.

Buscou-se contatar Instituições de ensino com equipe capacitada para tal atendimento. Não se obteve nenhum resultado e o aluno continuou em sala de aula comum.

Verificam-se os grandes desafios existentes no ensino público brasileiro, com ofensivas neoliberais fomentando a desconstrução dos direitos sociais conquistados, fato que impacta diretamente as políticas sociais, observado na educação pela falta de vagas e de uma equipe pedagógica completa para atendimentos e melhoria na qualidade de ensino.

A família continua em acompanhamento no PAIF, o menino está com novo professor e está começando a ler. Segundo ele, gosta muito do novo professor. Iniciou aulas de violão gratuitas em uma Instituição não governamental, articulada pelo CRAS com outros atores sociais e lideranças territoriais. A assistente social e a psicóloga do CRAS continuam fazendo contato com o professor para acompanhamento do caso e a família.

A exemplo da demanda supracitada, Junqueira (2004, p. 27,) *apud* Schutz (2009, p. 17) nos elucida ao afirmar que:

[..] se cada política trabalhar a seu modo sem considerar o cidadão na sua totalidade, a população usuária dos serviços públicos será encaminhada de setor á setor e não terá a satisfação integral de suas necessidades, submetendo-se a um paralelismo de ações com preenchimentos de vários cadastros ou contando a mesma história muitas vezes.

4.3.1.2 Segunda Demanda

Motivo: Adolescente de 16 anos foi encaminhada ao CRAS pelo médico da Unidade Básica de Saúde Norte da Ilha – Unidade Pública de Atendimento (UPA) para fortalecimento de vínculos familiares e conhecimento de direitos sociais.

Composição familiar: pai, mãe, a adolescente e um irmão de 15 anos.

Histórico: Em atendimento com assistente social e psicóloga no CRAS, a adolescente relatou que estava na escola quando passou mal, os professores a encaminharam para a UPA. Durante a consulta, o médico constatou a gravidez. Disse que estava com medo de relatar a gravidez a seus pais, pois havia acabado o relacionamento de um ano e estava morando novamente com seus pais. A equipe do CRAS buscou rede de apoio familiar, mas a adolescente não tem bom relacionamento com a irmã mais velha, que é a mais próxima no momento. A equipe ofereceu apoio para comunicar a gravidez aos pais, porém a adolescente preferiu resolver sozinha.

Foi incluída juntamente com a família no serviço PAIF, para fortalecimento de vínculos familiares. Quanto ao ex-companheiro, não se conseguiu contato.

A adolescente vinha a algum tempo sofrendo violência e injúria racial na escola, por parte de uma colega de aula, e, após o atendimento no CRAS buscou-se mediar a situação. A direção da escola e professor levaram a discussão para sala de aula e, como as violências continuaram, a escola convocou os pais da “agressora”, os mesmos orientaram a vítima fazer Boletim de Ocorrência (BO) pois eles já não sabem mais o que fazer com a própria filha.

Nos atendimentos seguidos, a adolescente aos poucos foi relatando o tempo de convivência com o pai de seu filho e se dando conta das agressões que vinha sofrendo durante o convívio. Segundo a usuária ela era agredida verbal e fisicamente. “Até então naturalizava essa violência”.

Foi encaminhada ao Posto de saúde (PS) para fazer o pré natal e orientada a formalizar denuncia contra seu ex-companheiro.

A denúncia foi formalizada na delegacia de mulheres já que em a Lei 11.340/6, Maria da Penha, criada em 2006, que protege as mulheres da violência domestica, representando um avanço na legislação brasileira.

As mulheres que passam ou passaram por algum tipo de violência física ou psicológica recebem ajuda no Centro de Referência e Atendimento a Mulher em Situação de Violência (CREMV) que é um serviço municipal que oferece espaço

de acolhimento, atendimento social, psicológico e orientação jurídica. Conta com quatro Assistentes Sociais, duas psicólogas e uma Coordenadora também como Assistente social. O espaço faz atendimentos sociais, psicológicos e possui parcerias com a Defensoria Pública e a 34ª Promotoria de Violência Doméstica da Capital para casos de Medida Protetiva (CREMV, 2009).

4.3.1.3 Terceira Demanda

Motivo: Escola solicita atendimento para aluno “problema”

Composição familiar: Mãe/avó, filha e neto.

Histórico: A escola encaminhou o aluno de 10 anos ao CRAS, para atendimento psicológico, pois segundo a diretora não sabia qual é o trabalho desenvolvido no CRAS, apenas sabia que havia psicóloga.

O trabalho do/a psicólogo/a no CRAS não é um trabalho clínico, tem foco na prevenção e promoção de vida, trabalhado em conjunto com o/a Assistente social na prevenção e enfrentamento que subsidiem a promoção de direitos e cidadania, com intervenção interdisciplinar capaz de responder as demandas individuais e coletivas na perspectiva da totalidade.

A mãe e o menino participaram do acolhimento coletivo e após o término do encontro foi agendado atendimento individual. Em acompanhamento no serviço PAIF, a mãe e a avó relataram que foram chamadas várias vezes na escola pelo “mau” comportamento do aluno. O menino jogava futebol em uma Instituição e como “castigo” pelo seu “mau” comportamento a mãe o proibiu de continuar jogando.

A mãe era adolescente, tinha apenas quinze anos quando seu filho nasceu. O pai nunca assumiu nenhuma responsabilidade ou mesmo teve contato com o filho. A família pagava e ainda paga aluguel, tendo passado por muitas dificuldades financeiras, pois no momento de seu nascimento e infância a avó era única provedora da família.

A equipe do CRAS entrou em contato com o professor para obter conhecimento e mediar a situação sobre o aluno. Recebendo o seguinte relato: “O

aluno é comunicativo, se relaciona bem com colegas e professores, ama teatro, gosta de educação física e esportes. Porém muito agitado e, isso causa problemas durante as aulas.”

A família continuou sendo acompanhada pela equipe com vários atendimentos, ficando perceptível que o menino precisava de espaço de escuta.

Segundo Enguita (1999) a escola é a primeira instituição em que o indivíduo é inserido e onde irá desenvolver relações sociais para além da família. Para tanto é necessário um cuidado especial com acompanhamento do desenvolvimento e interação de cada aluno, que passa a ter compromissos e obrigações, tarefas e responsabilidades que envolvem pessoas com as quais não possui parentesco, ou conhecimento, ocupando todo o intervalo entre infância e mundo adulto, ou infância e trabalho.

Em diálogo entre a equipe do CRAS e educador, obteve-se o seguinte relato sobre o aluno: “Gosta de contar mentiras quando seus coleguinhas dizem que passaram o final de semana com os pais, ele conta a mesma história ou inventa outra, idealiza acontecimentos em família como se fosse real”.

Essas supostas “mentiras” eram vistas pela escola como algo muito ruim. Sem a compreensão e olhar de seu contexto histórico, o menino simplesmente era julgado. Sabemos que a educação enfrenta sérias limitações, sendo assim é preciso ver a intersectorialidade também como parceria aos docentes, pois muitas vezes são obrigados a assumir o papel de outros profissionais, que deveriam compor a equipe pedagógica para o atendimento das demandas complexas, para as quais não são suas funções enquanto educadores.

Em atendimento individual, o aluno disse que gosta de dançar, de fazer teatro e de jogar futebol e busca o CRAS mesmo sem agendamento, apenas para conversar. Diz que neste espaço sente segurança e compreensão. Relatou sobre suas “mentiras”, que segundo ele, não sente que são mentiras, apenas está se protegendo de *bullying* por parte dos colegas.

A realidade das três demandas aqui apresentadas, cada uma com suas particularidades, é indicadora dos atendimentos complexos no CRAS e da realidade vivida por um grande número de famílias, bem como das demandas

reprimidas, existentes em nosso território que, muitas vezes não são atendidas por falta de um efetivo maior ou ainda pela falta da articulação entre as políticas sociais que ao invés de garantir o direito acaba excluindo o direito ao direito.

A falta de diálogo e de relacionamento entre educador e educando acaba por causar um adestramento de pessoas nas escolas, os alunos devem seguir ordens e aceitar as coisas como são colocadas.

Alguns professores vão ao CRAS em busca de ajuda, pedindo “socorro”, pois segundo eles, algumas escolas ainda possuem direções muito funcionalistas sem abertura para o diálogo, para o diferente. Apesar das gestões verem que isso não está funcionando, acreditam que deve continuar como está.

Sabemos que não é só no âmbito da Política de Assistência social que vem se buscando articular com as demais políticas. Destaca-se, entre outras, a Política de Educação do Estado de Santa Catarina colocando em sua pauta a importância da intersetorialidade como forma de sair da fragmentação e focalização para atender o aluno em sua totalidade, onde as facetas dos fenômenos sociais se caracterizam nas escolas públicas, como a drogadição, violência, *bulling*, e baixa aprendizagem. Sem a compreensão e leitura do social, acaba se transformando em alunos “problemas” vindos de famílias “desestruturadas”.

A PNAS (2004) traz em seu Conceito e Base de Organização, a matricialidade sociofamiliar, onde a família deve ser respeitada independente do seu formato ou modelo, bem como o reconhecimento da importância da família na vida social, onde o Estado tem papel fundamental na sua proteção.

As atribuições e competências dos/as profissionais de serviço social são norteadas por deveres e direitos do Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão (1993), devendo ser observados e respeitados tanto pelos/as profissionais quanto pelas instituições empregadoras. A definição das estratégias e usos instrumentais técnicos deve ser organizada com sua própria autonomia e criatividade em consonância com a realidade social vivenciada cotidianamente em seu espaço de atuação.

A autonomia profissional garante mais abertura ao planejamento, desenvolvimento e realizações de ações, as quais devem ser buscadas e desenvolvidas no conhecimento do território juntamente com outros sujeitos sociais através da intersectorialidade. É preciso construir um cenário de discussão sobre responsabilidades e possibilidades de modo a não fragmentar o cidadão. O trabalho em equipe não pode negligenciar o cidadão e não deve estar desvinculado das lutas pela garantia de um Estado democrático de direitos comprometido com a classe trabalhadora e protagonismo dos usuários.

A fragmentação e focalização das políticas públicas acabam sendo a “soma que não soma”. Articulação e intersectorialidade não se limitam apenas ao fazer juntos, mas fazer de forma compartilhada, com cada política e sujeito social se comprometendo em atender e fazer a sua parte.

Nos serviços desenvolvidos nos CRAS é imperioso a importância da intersectorialidade, sendo que um único cidadão chega a esses espaços com demandas complexas, precisando que várias políticas estejam integradas para que se tenha efetividade nos resultados.

Embora pensar a intersectorialidade é complexo e novo com poucas experiências, é preciso avançar e ir além do que nos é posto. Um atendimento não pode se tornar apenas mais um número nas estatísticas ou mais um documento guardado em uma gaveta para simples averiguação.

É perceptível em nosso território, entre tantas outras demandas, a falta de moradia. O CRAS ainda não se inseriu nos espaços de luta coletiva por moradia, apesar de haver grande interesse dos profissionais do CRAS por esta demanda. Os moradores e lideranças constroem essa luta sem interferência do CRAS, no momento. Ainda que a Secretaria Municipal de Habitação conte com Assistentes Sociais, está faltando articular, somar juntos, no pressuposto de que, não é mais possível respostas simples para demandas complexas.

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: as redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns. São, todavia, os mesmos lugares que

formam redes e que formam o espaço de todos (SANTOS, 1994, p. 16 apud MENDES, 2011, p. 488).

Por fim, destacamos o Art.4º da Política de Assistência social que rege princípios, dentre os quais:

II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.

Sabemos que o sentido de proteção social extrapola a possibilidade de uma única política social. Competem então às equipes dos CRASs, que estão na linha de frente, recebendo os cidadãos com suas demandas complexas, olhar para a totalidade de um local, não como exclusiva deste território, mas na contabilização que a atual conjuntura política, social e econômica impacta na vida e local, desdobrando-se em demandas crescentes. Em especial, nesse território, deve-se levar em conta o alto grau de migração, impactando diretamente em todas as políticas sociais.

Em vista disso, por exemplo, há falta de vagas em escolas e creches. Os professores acabam tendo que aceitar em qualquer época do ano mais alunos do que o ideal para o desenvolvimento de um bom trabalho, sem tempo de prestar a atenção aos novos alunos que vem de outros territórios com diferentes culturas, precisando se adaptar, muitas vezes sem ser compreendido neste novo local. A falta de um olhar para totalidade e compreensão social causa vários tipos de conflitos nos espaços educacionais.

O atendimento à saúde também fica comprometido, pois seu efetivo não aumenta na mesma medida que o número de habitantes. Isso ocasiona grandes filas de espera para atendimento e causa grande impacto na vida da população. Conseqüentemente a falta de moradia está no bojo das discussões seja, pelo alto preço na compra de imóveis ou de locações, que obriga as pessoas à ocupação de solo “ilegal”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir um trabalho, muitas vezes causa mais indagações, do que conclusões. Aqui, buscou-se trazer para discussão a importância da articulação da Política de Assistência social com as demais políticas, visando maior efetividade no atendimento ao cidadão. A partir da observação e dimensão do território, seus conflitos e relações sociais e culturais nele existentes, o qual torna-se um campo essencial para desenvolvimento de ações integradas de forma a superar a focalização e a fragmentação ainda existente entre as políticas públicas.

Em virtude disso, é preciso que os profissionais tenham assegurado o direito a autonomia no planejamento de suas ações que exigem um profissional preparado para intervenções nas expressões da Questão Social, configurando-se em demandas complexas no campo da atuação.

Essas determinações se expressam pela ausência e precariedade de um conjunto de direitos violados ou não alcançados como emprego, saúde, educação moradia, transporte, distribuição de renda que acarretam a vida do cidadão.

O tema é vasto e foge ao escopo de um único trabalho. A primeira aproximação foi durante a realização do estágio no CRAS, durante o qual, foi possível vivenciar as dificuldades enfrentadas pela equipe do CRAS na busca pela articulação com outras políticas públicas, onde as demandas exigiam essa interlocução para os resultados das ações.

As inquietações foram surgindo a cada momento em que, outros sujeitos sociais encaminhavam os cidadãos para o CRAS mesmo sem o conhecimento de qual serviço é realizado neste equipamento. Outras vezes o cidadão chegava ao CRAS cansado de buscar auxílio em outros setores de atendimento, sem que ninguém lhes tivesse orientado ou feito o devido encaminhamento para suas demandas.

De um modo geral, todas as demandas envolvem de alguma forma as famílias. Seja a demanda pela baixa renda, falta de moradia, de educação, saúde entre outros. Muitos dos atendimentos se dão, inicialmente, por uma única

demanda. Porém, durante o atendimento acaba-se observando a necessidade de outras demandas por parte da família. Essas demandas, a medida que necessitam da intervenção de outras políticas públicas, se tornam complexas, levando a necessidade e justificativa da existência da intersectorialidade.

Os questionamentos no espaço do CRAS foram muitos. Pensar em primeiro momento na realização da pesquisa no campo educacional foi relevante por perceber que as escolas públicas abarcam as expressões da Questão Social que se configuram em drogadição, violência interna externa, fome, baixa renda, desemprego, *bulling*, e, de certa forma a escola percebe isso tudo na maioria das vezes como resultado de famílias “desestruturadas” e alunos “problemas”.

A violência nas escolas públicas está a um nível tão alto que o Estado está buscando dar respostas paliativas, de forma anódinas para o enfrentamento das expressões da Questão Social refletidas nos campos educacionais. Alguns professores buscavam o CRAS falando sobre policiamento nas escolas públicas estaduais, segundo eles com o consentimento da direção. Após estes relatos passou-se a observar os policiais fortemente armados vigiando a escola localizada em frente ao CRAS, fazendo revistas aos/as alunos/as, enfileirando os adolescentes nos paredões ou mesmo pela rua em perseguição para revistas.

Frente a essas e outras questões seria embasada a pesquisa que não pode ser realizada, onde se buscaria dar efetividade no que concerne a inserção dos profissionais de Serviço Social nas escolas públicas, conforme PL 3466/2012.

O CFESS formalizou um documento para atuação do Serviço Social na Educação, onde o trabalho deve ir além do atendimento focal ou da intersectorialidade, trabalhando a tríade escola-família-comunidade que, foi aprovado com mobilização da categoria e do conjunto CFESS/CRESS.

Trabalhar a intersectorialidade não é algo fácil, pois não tem uma receita, não está determinada qual melhor forma de fazê-lo. Além do mais exige uma mudança estrutural da equipe. É preciso antes de tudo que todos queiram essa mudança, que haja comprometimento de todos os profissionais envolvidos e a direção política do Estado. Sair do modelo fragmentado e focalizado exige mais que conhecimento, exige empenho e compromisso para que a equipe envolvida

sinta segurança das ações que serão desenvolvidas, tendo como ponto principal o cidadão.

Os CRASs Norte buscam articular a rede intersetorial desde o ano de 2013 para ações conjuntas e, fortalecimentos dos direitos sociais dos cidadãos. Entretanto, não se obteve o alcance da integralidade com todas as políticas e sujeitos sociais. Isso nos leva a observar as dificuldades encontradas para tal ação ou a falta de estratégias para que se consiga ultrapassar o velho paradigma da focalização e fragmentação.

Pensar o cidadão na sua integralidade e se envolver com essa população é ir além dos atendimentos e muitas vezes quebrar a rotina. As gestões locais podem e devem planejar ações que englobe o todo.

A equipe do CRAS trabalha a intersetorialidade com encaminhamentos diários em suas agendas. Percebe-se que existe certa facilidade nas diferentes áreas que contam com profissionais de serviço social. Quando a demanda precisa da intervenção de políticas que não tem atuação do serviço social torna-se um desafio constante, por não se obter respostas ou pela demora dessas respostas para que se efetive o atendimento na sua integralidade.

Buscou-se, muitas vezes diálogo para articulação, principalmente para atuação nas demandas complexas. Entretanto, encontra-se pouca abertura em especial por parte da educação. Apesar de haver algumas aproximações sobre várias demandas complexas, não vem se obtendo um resultado desejado, que deveria ser no sentido de decisões conjuntas e intersetoriais para prevenção e enfrentamentos dos problemas existentes vivenciados cotidianamente no campo educacional.

Por exemplo, mesmo a educação percebendo que ao enviarem direta ou indiretamente as demandas existentes em seus campos para o CRAS, estas são estudadas e trabalhadas pela equipe na sua totalidade, ainda assim, há um grande obstáculo difícil de ultrapassar e vencer, o velho paradigma da focalização, mesmo observando que essa articulação imediatiza o atendimento.

A partir do momento que a intersetorialidade se materializar como princípio entre as políticas sociais é também preciso ter o cuidado para não institucionalizar

as demandas de forma a resolver internamente, sem levar ao conhecimento do usuário que ele está tendo o direito social que lhe é garantido. O profissional deve apropriar-se desses momentos para trabalhar o protagonismo e fortalecimento do usuário para participação nos espaços de direito.

Ao nos depararmos com tanta dificuldade de articular e trazer as diferentes políticas sociais em nossos espaços devemos nos perguntar o que está faltando? Afinal é a política de assistência social que está firmada no tripé da seguridade social, trazendo a intersetorialidade como forma de garantir e ampliar direitos.

Em resumo, fazer articulação com as demais políticas públicas e trabalhar a intersetorialidade, deve se dar no sentido de atender o cidadão em sua totalidade, fortalecendo e ampliando seus direitos sociais, nunca pensando de modo a aliviar as ações do Estado, mas fazendo a soma que soma.

Não há uma fórmula mágica para a articulação dos atores sociais. É preciso ser inventivo e contar com os diferentes saberes das diferentes áreas, pensando o cidadão como ponto central das ações.

Se ainda é um desafio articular com outros sujeitos sociais e lideranças do território para realização de ações com respostas aos fenômenos sociais, é preciso utilizar-se de estratégias, não apenas convidando e esperando que as outras políticas e cidadãos venham até o equipamento, mas ir até eles para conhecer e ler o território juntamente com suas lideranças construindo um elo de confiança entre as partes, pois a necessidade do cidadão se apresenta onde ele vive.

Para finalizar, esse debate não se esgota aqui, até porque a intersetorialidade é um princípio que não se efetiva apenas por normatizações. Antes, a direção da política mais amplamente e da gestão do Estado, precisam ser assegurados na perspectiva da ampliação dos direitos sociais.

APÊNDICE A – REDE SOCIOASSISTENCIAL DO CRAS

Composição da Rede Socioassistencial do Território do CRAS Ingleses do Rio Vermelho:

1. Posto de Saúde Ingleses. Telefone: 3269- 2100
2. Posto Saúde Rio Vermelho. Telefone: 3269- 7100. saude.csriovermelho@gmail.com
3. Conselho Tutelar Norte da Ilha. Telefone: 3266-3691
4. Escola Intendente José Fernandes Diretora Valquiria. Telefone: 3269-7225
intendentepedagógico@gmail.com. Contato do Anexo Escolar: 3284-2611
5. Crece Luzimar Maria Laus R. V. crechelauzimar@gmail.com diretora Clarice
6. Nei Ingleses. Telefone: 3369-7100- Claudia canas@ibesc.com.br
7. Crece Ingleses. Telefone: 3269- 3691. jaquelineinglesescreche@hotmail.com
8. Nei Gentil Matias. Telefone: 33691126. neigentilmatias@hotmail.com
9. Nei Luiz Paulo da Silva. Santinho. Telefone: 3369-2368 ou 3369-3623.
gabimartins5@bol.com.br
10. Nei São João Batista R. V. Telefone: 3269-8062. nejibatista@hotmail.com
11. Escola Básica Antonio Paschoal Apostolo R.V. Telefone: 3269-7313
12. Herondina Medeiros Zeferino Ingleses. Telefone: 3269-3091 ou Direção: 3269-4050
13. Escola Básica Maria da Conceição Nunes R. V. Telefone: 3234-8557.
mcn.smcpmf@gmail.com
14. Escola Básica Maria Tomázia Coelho Santinho. Telefone: 3269-1325.
lizianediaz@yahoo.com.br
15. Escola Muquem Básica. Telefone: 3269-8905
16. CREMV – Centro de Referência de Atendimento a Mulher. Telefone: 3224- 7373
17. Aspi – Associação Paroquial Ingleses. Telefone: 3365-1678
18. LA/PSC – Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).
19. PAEFI – Programa de Atendimento a Famílias e Indivíduos

20. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Básico. Telefone: 3664-0800.
21. SEPREDI – Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência.
Telefone: 3216-5250 ou 3216 5249.
22. Posto Saúde Santinho. Telefone: 3369-0174. ulssantinho@gmail.com.br

REFERÊNCIAS

- BEHRING, Eliane Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e história**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. **Censo 2010**. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, 2011.
- BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1988.
- Brasil. **Lei nº 8.742** de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência social (LOAS). Brasília, 1993.
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Brasília, 2009.
- BRASIL. **NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do SUAS**. Brasília, 2005.
- BRASIL. **PNAS - Política Nacional de Assistência social Ministério do Desenvolvimento e Social e Combate à Fome**. Brasília 2004.
- BRASIL. **PL N.º 3.466**, de 2012 (Do Sr. Raimundo Gomes de Matos). Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/978783.pdf>. Acesso em: 14/04/2016.
- CARVALHO, Fernanda Thais de. **Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF): Trabalho Social com as Famílias do Município de Telêmaco Borba (PR)**. Curitiba, 2012. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2648/1/CT_GPM_III_2013_21.pdf. Acesso em: 20/de maio de 2016.
- CFESS. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social**. Série: trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 2009.
- CFESS. **Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais**. Brasília (DF), 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf. Acesso em: 03 de junho de 2016.
- CHESINI, Taís Sbeghen. **A Vila do Arvoredo: a persistente luta por moradia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.
- COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 2. Ed. São Pulo: Cortez, 2006.
- COUTO, Marcelo Machado. **Ingleses do Rio Vermelho (Florianópolis/SC): Um Distrito, duas realidades. Questões históricas e outros determinantes acerca do desenvolvimento urbano da região nos últimos vinte anos (1991-2010)**. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia298991>. Acesso em: 14 de maio de 2016.
- CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL. **Conselho federal de assistente sociais** (Lei nº 8662/93). Março de 1993.

CREMV. **Secretaria municipal de assistência social**. Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/?pagina=servpagina&menu=2&id=4610>. Acesso em: 01/06/2016.

DURIGUETTO, Maria Lucia. **Política de assistência social e serviço social: dilemas e desafios da intervenção profissional**. 2011. Disponível em: <https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/viewFile/1276/1003>. Acesso em: 24/06/2016.

ENGUITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médica, 1999.

FREIRE, Abraão dos Santos. CÂNDIDO Sandra da Silva. Uma **Análise do serviço social no Brasil**. Revista eletrônica da faculdade de José Augusto Vieira. Ano 6, nº 08. Setembro 2013.

FRIEDRICH, Fernanda. **Documentário vida na areia**. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/jornal-do-almoco/videos/v/documentario-vida-na-areia-retratar-historia-da-comunidade-vila-do-arvoredo/3583026/>. Acesso em: 07/06/2016.

GARAJAU, Narjara Incalado. **Reflexões sobre a intersetorialidade como estratégia de gestão social**. CRESS: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2013.

GODINHO, Isabel Cavalcante. **Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais**. Informações do Seminário Internacional de Sistemas de Proteção Social. Dezembro de 2011. Brasília/Brasil Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo31.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2016

GUIA FLORIPA 2010. Disponível em: <http://www.guiafloripa.com.br/cidade/bairros/rio-vermelho>. Acesso em 7/06/2010.

HAESER, Leticia Sander. **Histórico do centro de referência de assistência social**. CRAS Ingleses do Rio Vermelho. 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2 ed. São Paulo. Cortez, 1999

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

INCRA. **Comunidade remanescente quilombola**. Rio Vermelho, Florianópolis. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sc>. Acesso em: 01 de julho de 2016. S. d.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **Descentralização, intersetorialidade e rede como estratégias de gestão da cidade**. In: Revista FEA-PUC-SP, São Paulo, v. 1, p. 57-72, nov. 1999.

MARICATO, Erminia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estud. av. vol.17 nº. 48. São Paulo. 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200013>. Acesso em 03 de maio de 2016.

MENDES, Luís. **Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado**. São Paulo, v. 13, nº 26, PP 473- 495, dez. 2011.

NEPREs. **Política de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na escola**. Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Educação, Diretoria de Educação Básica e Profissional. Florianópolis Outubro/2011

NETO, Celso Senna Alves. SOARES Maria Carolina. BITTENCOURT Victor Hugo. **Reflexões sobre a especulação imobiliária e os impactos sócio-ambientais em Florianópolis, SC, Brasil**. S. d.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. **Cultura política e assistência social: Uma análise das orientações de gestores estaduais**. São Paulo: Cortez, 2003.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2º Ed.- São Paulo: Cortez, 2002.

PMHIS. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social**. Contrato 669/FMIS/2008. Revisão 3 julho 2009. Prefeitura Municipal de Florianópolis Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental. Disponível em: http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_08_2010_15.41.22.197114da500fbc9c40c97b79dde1fd77.pdf. Acesso em 25 de abril de 2016.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **História econômica geral**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

RODRIGUES, Cleide Maria Batista. **A Intersetorialidade e o papel da equipe multidisciplinar na assistência social**. 2013. Disponível em: <http://portalsocial.sedsdh.pe.gov.br/sigas/suasrh/arquivos/2013/modulo07/olinda>. Acesso em 08 de junho de 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Ed. Record, RJ. 2000.

SCHONS, Selma Maria. **Assistência social entre a ordem e a “desordem”**. 2º Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SCHUTZ, Fernanda. MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Intersetorialidade e política social: subsídios para o debate**. Sociedade em Debate, Pelotas, 16(1): 59-75, jan.-jun./2010. Disponível em: <http://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/viewFile/337/295>. Acesso em 18 de maio de 2016.

SCUTZ, Fernanda. **A Intersetorialidade no campo da política pública: Indagações para o Serviço Social**. 2009. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial284247.pdf>. Acesso em: 07/04/2016.

SILVA, Fernanda Cristina. **Assistência social e cultura política: o processo de uma política em construção**. 2012. Universidade Federal de Juiz de Fora Programa de Pós Graduação em Serviço Social Faculdade de Serviço Social Mestrado em Serviço Social. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2012/05/fernanda.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2016.

SILVA, Maria Osanira da Silva e. **O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 1995.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: Uma questão em análise. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

STAPASSON, K. PAMPLONA, A.D. **A escolha pública econômica para erradicar a pobreza extrema no Brasil**. Revista brasileira de políticas públicas volume 4.n.2. jul. Dezembro de 2014.